

A dimensão afetiva da
família

“Assim caminha a
humanidade”

A família na
Constituição

A instituição familiar vai
mal mas a família ... vai
bem, obrigado!

Vencendo preconceitos

Por que tantas
separações?

Matrimônio é

Sacramento?

Divorciados que voltam
a casar-se

Atuar sobre as causas

A assim chamada

“família incompleta”

O prazer de estar juntos

Os movimentos e as

“famílias incompletas”

Assonias

fato

e razão



Ética: muito discurso,
pouca prática

Movimento Familiar Cristão

Recado ao leitor

Mais uma edição especial da sua revista chega a suas mãos, caro leitor.

Este número está dedicado à ética, em seus múltiplos aspectos. É o tema mais presente neste momento histórico da vida do país.

Podemos afirmar que a crise ética que se instalou desde as ações para o afastamento do presidente da República, deu lugar a uma verdadeira revolução ética, em todos os setores das atividades humanas, culminando com a poderosa linguagem das urnas.

O MFC elegeu a ética como tema do seu Encontro Nacional. Outros movimentos e organismos diversos vêm fazendo o mesmo. Multiplicam-se cursos e seminários sobre ética nas escolas e universidades.

Este número de FATO & RAZÃO oferece ampla matéria para quem quer se preparar e ir fundo nessas questões.

Esperamos que esta edição especial de sua revista lhe seja útil, amigo leitor.

S. & H.A.

fato

e razão

Sumário

Ética: muito discurso, pouca prática	2
Construindo uma sociedade alternativa	4
Um sonho: o consenso pelo Brasil	7
Promoção dos valores éticos	10
Diversas faces da mesma crise	19
Questões éticas na Conferência do Cairo	23
"As mulheres e os escravos não são cidadãos"	26
Anti-feminismo na Bíblia?	30
Igreja e ética	32
Sacramentos: símbolos de libertação	37
A ética na Bíblia	45
Tortura: a morte da ética	50
A peste	52
Espiritualidade e ética	54
A responsabilidade da Igreja	62
Surpresa e alegria	64
A partilha do abraço e do pão	72
Família: berço da ética	74
Teologia do pão repartido	75
O jogo da ética	78
Por que a ética foi jogada para escanteio ..	80

Encontro Familiar Cristão

Conselho Diretor Nacional

Assis

Elza Diniz

Sebastiana Leão

Ilma Silva

Regina Rego

Maria Nilza Mendes

Marcolina Sanitá

Clara Lucia Martins

Lenir Pedroso

Ermelinda Probst

Equipe de Redação

Beatriz Reis

Selma Amorim

Colunista

IBF - Instituto Brasileiro

Família

Brasil de todos
para todos

Distribuição e Correspondência

do MFC

Esprito Santo, 1059/1109

0311 222-5842

031 Belo Horizonte MG

Ética: muito discurso, pouca prática

Se alguém acha que o tema já está muito batido, prepare-se! Temos que ir fundo nessas questões que envolvem princípios éticos. Vamos revirar pelo avesso todas as grandes questões éticas e descobrir o que é que nós temos com isso. Porque a ética nos interpela e desafia em cada minuto da nossa vida. Não é um assunto distante que só tem que ver com os políticos e homens públicos.

Temos sido testemunhas de uma verdadeira revolução ética no mundo. Itália, Japão, Inglaterra e tantos outros países derrubaram e prenderam gente importante metida em grossas negociatas. Lá se foram políticos, deputados, senadores, empresários para cadeias desses países.

No Brasil, caiu um presidente, foram cassados deputados que ma-

nipulavam o orçamento da nação ou negociavam seus mandatos por alguns dólares. É bem verdade que muitos escaparam, para nossa indignação.

Mas não faz mal. A luta continua. Os valores éticos ainda não prevaleceram no nosso país. O povo é cada vez menos ingênuo e já aprendeu a fazer barulho nas ruas. Quem deu a fazer barulho nas ruas. Quem precisa de voto passou a ter medo do patrulhamento dos cidadãos, antes tão distraídos e agora tão atentos a qualquer deslize.

Neste número de Fato e Razão, vamos rever as nossas práticas do dia-a-dia, na família, na nossa vida profissional, nas nossas relações sociais, no esporte e no lazer, na escola ou no trabalho, nos negócios e no exercício da cidadania. Nossos comportamentos, atitudes, iniciativas

ações cotidianas afirmam e confirmam os princípios éticos que promovemos?

O nosso primeiro impulso é responder correndo: sim! Mas logo nos vem à mente algumas lembranças desconfortáveis e mal resolvidas. Aquele postozinho sonogado, a "cola" na prova, uma esperteza que não deu a fazer bem, essa mania de querer levar vantagem em tudo, o corpo mole de dar duro deixando para outros as tarefas mais pesadas, o papelinho nos colegas para conseguir uma promoção talvez não merecida, a discussão sobre o marido, a esposa, os filhos para que prevaleça o que me interessa, a omissão diante da injustiça, da fome, da miséria...

Sim, parece o velho exame de consciência há muito tempo fora de moda. Mas ética é isto. É a orienta-

ção das nossas práticas para a humanização nossa e dos outros. A humanização é a balisa em que se enquadram os nossos princípios éticos, inspirados na visão cristã do homem e do mundo.

Vamos confrontar-nos então com esses princípios e rever nossas práticas. Talvez esse exercício nos leve a algumas mudanças de comportamentos e atitudes. E assim, com mais coerência e lucidez, vamos continuar brigando contra os grandes fraudadores, os espertos administradores de dinheiros públicos, os políticos desonestos e os que exploram o nosso povo sofrido. Para que brilhem, no nosso país, os princípios éticos que inspiram cada ação, cada gesto ou atitude da nossa vida pessoal, familiar, comunitária de cada dia.

Construindo uma sociedade alternativa

Pedro A. Ribeiro de Oliveira
Sociólogo, Professor da UFJF

A vitória do Ocidente capitalista na guerra fria trouxe como consequência a **crise das utopias**: foi abolido todo projeto de sociedade humana que não seja estruturado sob as leis implacáveis do mercado. Prevalece hoje um pensamento liberal para o qual a utopia de uma sociedade solidária e justa está fora de cogitações. O máximo que o mercado total nos permite desejar são os pequenos redutos de vida comunitária, onde, nos fins-de-semana nos relacionamos como seres humanos, deixando de lado a concorrência mortal pelo sucesso econômico. Fora disso, falar de **sociedade alternativa** é tido como insensatez.

No entanto, cristãos que nos julgamos sensatos, aceitamos ser chamados de **construtores de uma sociedade alternativa**, como fez agora D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, retomando a expressão cunhada por João Paulo II em 1981. Portadores de utopia, sim, porque não nos submetemos à crença de que a sociedade de mercado realmente existente, inclusive no

primeiro mundo, seja o que a humanidade pode almejar de melhor. Afirmamos que ela não é a concretização do projeto de Deus para suas criaturas; nem para nosso devastado Planeta nem para os seres humanos. Sabemos que a Utopia está em crise, mas nos negamos a admitir que ela possa desaparecer e que nosso horizonte histórico seja delimitado pela sociedade de mercado.

Para nós, **construtores de uma sociedade alternativa**, utopia não é sinônimo de irreal ou irrealizável. Ao contrário, é a realidade última dos nossos projetos porque é ela que lhes dá consistência e coerência, como a pedra de fecho das abóbadas. Realidade distante dos que temos os pés no chão e que apenas se vislumbra no horizonte, mas nem por isso menos real. É isso que a distingue do sonho (que, por ser fantasia, permite o livre jogo dos sentimentos e desejos), ou da Esperança escatológica (que só poderá realizar-se pela intervenção divina como afirma o dogma da ressurreição dos corpos). Uma utopia é humanamente realizável, mesmo se requer o trabalho de muitas gerações. É o caso, por exemplo, da utopia

de Israel, o cristianismo primitivo, o comunismo utópico ou o internacionalismo socialista, cada qual a seu modo, têm afirmado que a ordem estabelecida não é definitiva e que uma sociedade verdadeiramente humana é mais que um sonho: é a meta última da nossa práxis.

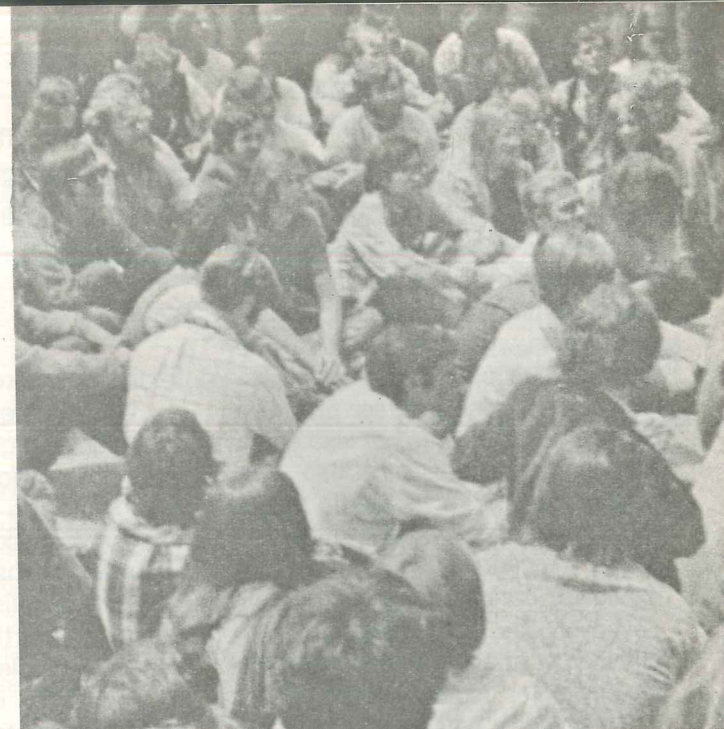
da igualdade racial; embora ainda distante, dela já nos aproximamos muito em relação ao século passado.

E aí estamos: **construtores de uma sociedade alternativa**, somos herdeiros de experiência/saudade da confederação das tribos de Davé no século XIII aC. Em continuidade com os mais diferentes movimentos sociais, desde o profetismo de Israel ao cristianismo primitivo, do comunismo utópico ao internacionalismo socialista, cada qual a seu modo tem afirmado que a ordem estabelecida não é definitiva e que uma sociedade verdadeiramente humana é mais que sonho ou esperança escatológica: é a meta última da nossa práxis.

Utópicos sim, e por isso mesmo realistas, precisamos sempre distinguir a utopia e os projetos que são

suas necessárias e provisórias mediações. Em outras palavras, o senso do real obriga a construir a utopia a partir do chão. Se a abóbada é a culminância da construção que dá equilíbrio ao conjunto, para lá chegar é preciso primeiro assentar os alicerces, montar os andaimes e subir as colunas.

Esta reflexão ajuda a esclarecer o debate que está sendo levantado pelo processo eleitoral do corrente ano. Sua importância não reside tanto na escolha do partido e seus candidatos ou candidatas, quanto na definição de um projeto social, político e econômico para o Brasil. Radicalmente confiante na utopia de uma sociedade alternativa, há quem perca o senso do real e proponha a abolição da ordem vigente para começar tudo do zero, como se as estruturas sociais e econômicas se



amoldassem à vontade política dos eleitos e a revolução estivesse ao alcance de suas mãos.

Já quem tem os pés no chão sabe que é viável um projeto que considere a realidade da economia de mercado e da cultura capitalista. Nossa utopia nos torna críticos desse sistema, mas não impede que vejamos que em 1989 o Brasil expressou seu desejo de ser **primeiro mundo**. É justamente por isso que a elite dirigente brasileira não tem projeto viável para apresentar à nação. Propõe um capitalismo integrado no mercado mundial, em pé de igualdade com as sociedades mais desenvolvidas, mas nada faz para eliminar o **apartheid social** de cujos privilégios usufrui.

Inspirados pela utopia de uma sociedade justa e solidária, e suficientemente realistas para não apresentar projetos inviáveis, afirmamos que só se assenta sobre chão firme um projeto de desenvolvimento da economia de mercado que elimine o **apartheid social**.

Concretamente, isso implica realizar pelo menos 5 reformas indispensáveis ao desenvolvimento capitalista: (I) Reforma agrária com efetiva redistribuição de terras e apoio à produção agrícola; (II) Redistribuição dos rendimentos, com aumento real do salário-mínimo; (III) Reforma tributária que incida sobre o patrimônio e que combata a sonegação; (IV) Redução substancial dos desembolsos da dívida externa; e (V) Reforma social e política que crie uma cultura política fundada na democracia e na cidadania como direi-

Utopia não é sinônimo de irrealizável mas realidade última dos nossos projetos, como a pedra de fecho das abóbadas.

to de todos, sem privilégios.

Certamente outras reformas igualmente urgentes poderiam ser lembradas. Não nego sua importância dentro de um projeto global; apenas assinalei aqui as cinco medidas indispensáveis à modernização do capitalismo brasileiro, eliminando o **apartheid social** e resolvendo os problemas básicos da nossa população. Reformado, o capitalismo poderá tornar-se um patamar para a viabilização de novos projetos que nos aproximem da utopia da **nova sociedade**.

Resta saber quem conduzirá esse projeto de reformas. A meu ver, o papel protagonista nesse processo histórico cabe ao movimento popular que no campo e na periferia urbana, no local de trabalho e de moradia, na igreja e no partido político, vem organizando as classes e grupos subalternos. Nós, os profissionais de nível universitário, só somos dignos do título de **construtores da sociedade alternativa** na medida em que soubermos colocar nossa capacidade de pensar e de agir a serviço dessa grande causa. Afinal, sem bons serventes não há pedreiros que construam uma catedral digna do projeto de Deus para a Terra e a Humanidade que nela habita.

eleição gigante no país

Um sonho: o consenso pelo Brasil

D. Lucas Moreira Neves
Cardeal Arcebispo de Salvador

eleições na pessoa dos eleitos. Que estão fazendo com o voto que lhes dei? Que estão fazendo, não pelos meus interesses individuais, mas em benefício da Nação como um todo?

Acompanhar os eleitos, sim, senhor, em termos de averiguação e cobrança. Ao votar, o eleitor escolheu alguém não por simpatia pessoal, mas pelo ideário que apresentou, pelas causas que declarou defender e promover, pelo programa de metas que propôs, pelas forças políticas e recursos com que conta. Eleitos os candidatos, o conjunto de eleitores tem o direito de reclamar deles coerência e fidelidade aos compromissos que assumiram quer pessoalmente, quer por intermédio dos partidos que os apóiam.

Todavia, a simples *cobrança* pode converter-se em *abdicção* e *transferência* das responsabilidades dos cidadãos individuais nas mãos da classe política. Para que assim não aconteça, é preciso que a mesma *cobrança* se alie a um verdadeiro compromisso pessoal de cada cidadão. Compromisso básico com os princípios do Bem-Comum. Compromisso com as exigências éticas ligadas à promoção do mesmo Bem-Comum. O comportamento ético de

no momento em que rabisco essas notas, não se tem certeza de quem foi ou não foi escolhido nas eleições de 3 de outubro. Pode haver surpresas mesmo para quem aceita a sentença do velho político mineiro dos anos 50: "Quando as urnas começam a falar mal de um candidato, é raro que passem a falar bem..."

É, portanto, tempo não-suspeito, um momento apropriado para escrever sem ser acusado de estar fazendo referências, por demais diretas, a pessoas, grupos, partidos e facções.

Este preâmbulo ajuda-me a introduzir nesta coluna de jornal, dois dias após as eleições do primeiro turno, duas opiniões — duas convicções — diferentes, mas complementares. A primeira concerne aos milhões de brasileiros, que anteontem praticaram o gesto cidadão de colocar seu voto na urna. A segunda convicção diz respeito àqueles e àqueles que nas eleições receberam encargos e responsabilidades de maior ou menor projeção na condução do país.

Aos brasileiros em geral, sendo um deles, sinto o impulso de dizer, como se falasse só a mim mesmo, que não basta votar: é indispensável acompanhar, depois, o fruto das

cada cidadão na família, na profissão, na cidade, na convivência social torna-se uma forma de cooperação com seus concidadãos e concidadãs que, por livre opção, abraçam a política não como benesse ou como autopromoção, mas como serviço. Neste sentido, não há um só cidadão ou cidadã excluído: de modo diverso, segundo sua posição social e formação cultural, todos têm um serviço a prestar. Os governantes assumem uma responsabilidade importante, mas não exclusiva no jogo da construção do Bem-Comum.

Aos eleitos, antes mesmo de conhecer-lhes o nome, a fisionomia e a biografia, envio, por antecipação, congratulações e votos de feliz exercício do seu mandato. Envio também uma mensagem portadora de... não sei bem como chamá-las: sugestões? advertências? conselhos? Coisas, em todo caso, recolhidas dos lábios do nosso povo.

A primeira atitude que esse povo espera dos homens públicos é ética claramente assumida e vivida, quer na vida pessoal, quer no exercício da função cívica. Nada é mais devastador na vida política do que a corrupção erigida em praxis corrente, quando não em princípio orientador: disso fizemos dramáticas experiências num passado recente. Honestidade, lisura, senso de responsabilidade dos homens públicos, tanto no manuseio dos dinheiros como no trato das questões públicas, é condição indispensável para a ordem, o equilíbrio e o desenvolvimento de um povo.

O que é primordial, o senso ético ou a competência e o bom preparo? Pessoalmente não vejo sentido na pergunta, pois uma forma de pra-

A primeira atitude que o povo espera dos homens públicos é ética, claramente assumida e vivida.

ticar a ética na política é não praticar a política sem competência, sem as qualidades humanas necessárias, sem o devido preparo e constante atualização.

Quando estamos para iniciar nova etapa na história política do nosso país, considero imprescindível e urgente um *pacto sociopolítico* entre todas as forças influentes na condução do mesmo país.

Tal *Pacto*, fruto de um *esforço de consenso* em vista do Bem-Comum, deve entabular-se e selar-se entre alguns parceiros mais determinantes. O país não resiste muito tempo mais às divisões e rupturas devidas às polarização partidárias. Será danoso para o Brasil analisar o resultado das eleições à luz do esquema vencedores x vencidos. Danoso igualmente imaginar um *governo paralelo* dirigido pelos perdedores. O Brasil pede um generoso entendimento entre os partidos e as pessoas, mesmo se, na refrega das eleições, estas e aqueles se ofenderam mutuamente. É hora não de enfrentarmos irreversíveis, mas de colaboração em favor da Pátria, daquele grande *Pacto* que mencionei acima.

O *Pacto* deverá fazer-se também entre as classes políticas e o povo. Na mente popular reinam descredito e desconfiança com relação aos políticos, sentimentos derivados



Recentes eleições levaram 80 milhões de eleitores às urnas em manifestação de solidariedade democrática sem igual.

escândalos, de 1990 para cá. O Congresso, que vai nascer das eleições, desde suas primeiras tomadas de posição e seus primeiros importamentos tem de inspirar confiança ao povo, funcionando sempre em favor e a serviço das causas populares mais urgentes.

O *Pacto* deve englobar forçosamente o *empresariado nacional* na sua relação com o povo: as massas populares, com efeito, desconfiam das grandes empresas nacionais e internacionais (ou trans) nacionais. Acreditam que elas estão enredadas na trama irracional do capitalismo selvagem e de um neoliberalismo não menos insensível aos sofrimentos do povo por isso, não querem a promoção imediata dele. Estão essas massas com expectativa de provas concretas

de verdadeira solidariedade da parte das empresas. Por outro lado, este povo que, nas eleições, demonstrou certa confiança no plano econômico a ele proposto, para não sair desenganado, exige dos poderes públicos constância na aplicação do plano e exige do empresariado que não ponha a perder o plano pela ideologia do lucro já e a qualquer preço, pela especulação e o aumento criminoso dos preços.

A eleição, como nenhum outro evento político de qualquer natureza, não terá êxito positivo por si só, isoladamente. Só a participação consciente do povo e das elites garante aquele êxito. É esta co-participação de todos que eu desejo, ao falar de um grande pacto nacional operativo.

"Se desejais dialogar, não te imponhas como inevitável total. Vai como a bruxa..."
(D. Helder Câmara)

Promoção dos valores éticos

Todos sentimos que, de anos para cá, os costumes da sociedade mudaram muito. Está havendo um modo de pensar, de agir, de viver fora dos princípios éticos até há pouco tempo respeitados e aceitos. É o que se chama de crise ética. Pior ainda é a crise da Ética, isto é, aceita-se como "natural" esta nova situação, como se não houvesse norma para reger os atos humanos tanto particulares, como públicos. Falta aceitação da necessidade da Ética, que compreende os valores capazes de garantir a realização pessoal e social do ser humano, conforme sua dignidade e o sentido de sua vida.

É geral esta crise, não só brasileira, mas característica da vida moderna. Atinge a família, as escolas, a escola, os negócios, sobretudo os meios de comunicação social e as atividades políticas. Não há dia sem notícias de desonestidade pública, de corrupção, de abuso de poder, de exploração, de licenciosidade, de violência, de humilhações aos necessitados de atendimento ou até de justiça.

Faz-se necessário que lutemos todos para superar esta degradante situação, para erradicar a corrupção e para implantar séria e profunda reforma das instituições. Isto é possível. Há sinais de que, em muitas áreas, já se buscam novos caminhos éticos.

Pronunciamento dos Bispos brasileiros no encerramento da Assembléia da CNBB, de 1993.

Crise e Redescoberta da Ética

Na atual situação de crise podemos reconhecer sinais de redescoberta da ética.

Na sociedade de hoje, econômica, política, ciência e técnica seguem a sua própria lógica, sem referência à religião ou à ética. Assim, o ser humano é sacrificado e há uma situação em que é muito reduzida a preocupação com o bem comum. Os indivíduos se sentem abandonados a si mesmos e levados a lutar cada um por si.

Em oposição a isso, manifesta-se a resistência de pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais que buscam manter vivas as exigências éticas nos diversos campos da atividade humana.

Neste contexto, a sociedade atual estimula e alimenta o individualismo, que privilegia as opções individuais do indivíduo, considerando exclusivamente seus próprios interesses. Diz-se, com frequência: "Cada um decide". É verdade que cada um é chamado a tomar decisões pessoais. Mas é falso pensar que cada um pode decidir apenas a partir de seus "gostos" particulares.

Na decisão deve-se prestar atenção à voz da consciência que diz: "Faça o bem e evite o mal". Cada um tem o dever de formar a consciência procurando a verdade e discernindo o que contribui para o bem.

O individualismo tão exacerbado em nossos dias leva muitos a assumir como princípio de vida: "Cada um para si"... Corrói-se, por dentro, o sentido de fraternidade e de solida-

Pessoas, grupos, comunidades e movimentos sociais buscam manter vivas as exigências éticas nos diversos campos da atividade humana.



riedade. É quase como repetir a palavra de Caim: "sou eu o guarda de meu irmão?" (Gn 4,9).

Alegra-nos constatar que em contraposição à tirania do individualismo, surgem hoje muitos sinais concretos de autêntica busca da solidariedade, especialmente através de grupos, movimentos e organismos que lutam pela defesa e promoção da vida.

No Brasil, o sistema colonial e escravocrata consagrou a desigualdade e reforçou a arrogância do mais forte. Diz-se muitas vezes: "Quem pode, pode". Quem tem poder (econômico ou político) acha que pode fazer o que bem entender, gozar dos privilégios que quiser, usar da violência e esbanjar a riqueza. Tudo isso se opõe frontalmente ao princípio elementar da justiça e estimula o recurso à **violência**.

À lei do mais forte opõem-se a consciência da dignidade humana e a defesa dos direitos dos fracos.

São muitas as iniciativas de defesa dos direitos, de luta pela cidadania e, não obstante certa desmobilização que hoje se constata no Brasil, surgem iniciativas que estimulam a união dos pequenos, o respeito à lei, a participação na edificação do bem comum, a busca do estado de direito e o fortalecimento da democracia.

A convivência social se deteriora não apenas pela violência, mas hoje sobretudo pela **corrupção**. Ela criou raízes profundas e temos dificuldades em erradicá-la de nosso País. Deformou-se a bela palavra atribuída a São Francisco de Assis: "É dando que se recebe". Muitas vezes, os que deveriam ser os primeiros defensores e promotores do bem co-

Em oposição ao individualismo, surgem hoje muitos sinais concretos de autêntica busca de solidariedade, de luta pela defesa e promoção de vida.

mum passam a defender seus próprios interesses através de negociações escusas. Dividem-se vantagens ilícitas, desvia-se o dinheiro público para atender interesses particulares, mantêm-se mordomias, vantagens e altos salários que afrontam a miséria de nosso povo. A impunidade e a morosidade da Justiça acabam estimulando a prática da corrupção em detrimento do bem comum.

Sabemos que a luta contra a corrupção tem ainda pela frente longo caminho por percorrer. Mas já nos parece promissor o questionamento a políticos que distanciam seus interesses das aspirações dos eleitores, mostram pouca transparência no agir e se envolvem na corrupção ou no abuso do poder. As iniciativas contra a corrupção são sinais de esperança de uma renovação profunda da política e da sociedade.

Promissor também é o desempenho de políticos que, com honestidade, generosidade e sacrifício, se dedicam ao bem comum, aos quais não deve faltar o nosso estímulo e o reconhecimento do povo.

A desigualdade gera, de um lado, situações de injustiça e de pobreza e, de outro lado, leva o povo à prática do "jeitinho", da esperteza, da malandragem e da busca da sobrevivência. Com satisfação, constatamos que se intensifica hoje, em muitos ambientes, a discussão sobre ética e economia. Desse debate a Igreja Católica tem participado ativamente, não somente através de pronunciamentos do Papa e dos Bispos, como



também pela atuação de muitos leigos que buscam colocar em prática o ensino social da Igreja.

Se, de um lado, constatamos a crise ética e de ética, de outro lado, verificamos a recriação da ética pelos movimentos sociais para novos estilos de vida marcados pelo sentido da liberdade e da solidariedade, bem como a abertura para a experiência do sagrado na vida humana.

Como pastores, reafirmamos "Cristo, medida de nossa conduta moral" e sentido pleno de nossa vida (cf. SD 231). A proclamação e implantação do Reino de Deus, por parte de Jesus é anúncio profético de felicidade para todos os que acolhem sua boa-nova. Este se transforma em exigência ética na "moral das bem-aventuranças", que concentra a Lei nos mandamentos do amor a Deus e ao próximo, amor gratuito, universal e capaz de perdão e reconciliação.

Anunciamos Jesus Cristo res-

suscitado, princípio de toda Evangelização, raiz e fundamento dos valores éticos que devem penetrar no coração e nas estruturas da sociedade.

A Igreja se sente responsável, não somente por anunciar a mensagem evangélica, mas também por indicar princípios e normas morais, tanto no plano individual quanto na ordem social, na medida em que os considera necessários à salvação e ligados aos direitos fundamentais das pessoas.

II – Em Busca de Respostas

Tanto uma ética plenamente humana quanto as exigências éticas do Evangelho nos impelem a dar passos indispensáveis à renovação da pessoa e da sociedade. É fundamental superar a distância entre ética pública e ética privada, isto é, entre a responsabilidade pelo bem comum e a realização pessoal. Não são dois caminhos, não são duas éticas, mas um único projeto de renovação pessoal e social.

Ética pública

Um projeto comum de sociedade eticamente regulado exige uma proposta ética iluminada pelos princípios de solidariedade e participação.

Ética na política

A vida política deve reencontrar sua dignidade na edificação da sociedade humana, onde todos têm oportunidade de realização pessoal e de comunhão solidária. Recupera-



A vida política deve reencontrar sua dignidade na edificação da sociedade humana.

se o espírito público adotando estruturas e instituições adequadas, que exige decisões políticas conscientes. Um primeiro passo se impõe: a correta relação entre o que é público e o que é particular.

No entanto, a recuperação da política passa pela moralização dos políticos como verdadeiros "homens de Estado" e não "negociantes de poder", enredados em jogadas pessoais. Isto exige romper os laços entre política e negócios privados.

Os serviços públicos, para serem éticos, devem ser acessíveis, eficientes, com critérios humanos e com sensibilidade social. O parasitismo, o mau atendimento aos usuários, a irritante morosidade, a irresponsabilidade, o descaso aos doentes... desafiam uma educação para o "senso do serviço" ao nosso povo tão necessitado.

O Documento de Santo Domingo faz um diagnóstico sombrio desta realidade para toda a América Latina. "A corrupção tem-se generalizado. Há um mau emprego dos recursos econômicos públicos; progridem a magia, o populismo, a "mentipolítica" nas promessas eleitorais; a justiça, generaliza-se a impunidade e a comunidade se sente impotente e indefesa diante do crime..." (SD 233).

Ética na economia

O primeiro desafio, que brota da situação dos pobres, apontado no Documento de Santo Domingo é promover uma nova ordem econômica social e política" (SD 269). A primeira ética fundamental é que a nova ordem se construa sobre bases de uma "economia solidária e eficiente" (SD 201).

As Diretrizes da ação pastoral da Igreja no Brasil (1991-1994) afirmam que o modelo econômico neoliberal em nossa Pátria se caracteriza

pela separação entre a economia política e a moralização dos políticos. Prevalece o individualismo corporativismo tanto empresarial como sindical, sem considerar o bem da Sociedade.

O processo de modernização tecnológica põe a ciência como fator decisivo na produção da riqueza e diminui a importância do trabalho, com risco de tornar a pessoa humana reduzida a mercadoria. O mercado se torna o centro de tudo. Encíclica "Centésimus Annus" nos lembra que "é tarefa do Estado prover a defesa e tutela de certos bens coletivos, como o ambiente natural e o ambiente humano, cuja salvaguarda

O modelo econômico neo-liberal se caracteriza pela separação entre a economia e a ética, fazendo prevalecer o individualismo e o corporativismo empresarial e sindical.

não pode ser garantida por simples mecanismo de mercado" (CA 40). Além do Estado, tem também a empresa um papel social.

Ética nos Meios de Comunicação Social

A sociedade tem o direito à informação fundada na verdade, na liberdade, na justiça e na solidariedade.

Cabe à sociedade promover a democratização dos MCS e a educação para o senso crítico. A justa liberdade de expressão supõe a subordinação a critérios éticos.

Os Meios de Comunicação Social têm um papel fundamental na tarefa de informação, formação e promoção cultural a serviço do bem comum. Para manter uma informação livre e honesta, os Meios de Comunicação Social precisam superar uma situação de quase monopólio. Não podem ser geradores de necessidades fictícias, de falsas expectativas, de exploração da violência e da pornografia, nem, menos ainda, manipuladores das massas visando a objetivos partidários, enaltecendo ou derrubando instituições ou pessoas.

Ética Profissional

O exercício de qualquer profissão na sociedade submete-se a normas éticas. A falta de formação ética de muitos profissionais é responsável por desvios da própria sociedade. O ensino da Ética nas Universidades e nos Centros de Formação possibilitaria a nossos profissionais exercer um serviço ao bem comum.

A pesquisa científica conforme às exigências éticas cumpre sua missão, especialmente num país como o nosso, quando comprometida com as necessidades, prementes da população.

Ética Pessoal

Não é admissível dissociar a ética da vida pública e profissional da ética pessoal e familiar.

Corpo e Sexualidade

A pessoa humana se descobre a si mesmo como ser sexuado, portador de uma energia que o impele para a comunicação com o outro, e torne possível o encontro entre seres humanos conscientes e livres. Assim se conquista a personalização e a integração entre as pessoas em nível afetivo e social, caminho privilegiado para o relacionamento com Deus.

A sexualidade, por fundamental à vida humana, quando instrumentalizada ou absolutizada, converte-se em instrumento de alienação e despersonalização. O prazer, quando reduzido à genitalidade, pode ser um mecanismo para afastar as pessoas



O permissivismo desvirtua e banaliza a sexualidade, movido por poderosos interesses comerciais.

umas das outras. As campanhas abortivas e antinatalistas provêm de uma concepção que considera a fertilidade das famílias pobres como causa preponderante da problemática social.

O permissivismo que admite todo e qualquer comportamento sexual como isento de conotação moral desvirtua o sexo e deforma a consciência sobretudo dos jovens ainda em formação.

O corpo não é mero objeto de natureza biológica. No corpo e pelo corpo nos realizamos pessoal e socialmente. Não pode ele ser reduzido à perspectiva privada e egoísta: "sou dono do meu corpo, faço dele o que eu quiser".

A visão ética e cristã da sexualidade é essencialmente ligada à dignidade da pessoa humana. A grandeza e nobreza da vida sexual pro-

do sentido oblato do amor. Isso, tudo que banaliza o sexo e o amor conjugal fere a dignidade do humano. É necessário reeducar para que se evitem os males da imissividade, da licenciosidade, experiências extra-conjugais do, dos desvios de comportamento. Uma bem orientada educação sexual, que se não restrinja apenas explicações biológicas, mas se ante para a compreensão das finalidades humanas da sexualidade, certo, terá grande alcance pedagógico. É de se esperar da família, escola, dos Meios de Comunicação Social e da Igreja valiosa colaboração para que a pessoa humana possa valorizar a sexualidade como dom de Deus.

Promoção da Vida e da Família

A crise ética se manifesta também pelo aumento da violência na sociedade, pelos atentados à vida humana e à sua dignidade, pela desagregação da família. A vida humana, dom do amor de Deus, sagrada; deve ser respeitada e

A crise ética também se manifesta pelo aumento da violência, atentados à vida humana e à sua dignidade, e pela desagregação da família. A vida humana é sagrada.

protegida desde a concepção. A ninguém é permitido destruí-la.

Assumir a pena de morte como maneira de reagir à problemática da violência em nossa sociedade significa "assumir a própria violência como forma de comportamento da sociedade", além de ser "um modo de julgamento contrário aos melhores princípios da ordem jurídica" (Declaração do Conselho Permanente da CNBB: Em favor da vida, contra a Pena de Morte, 27.06.91).

A promoção da Vida tem a Família como espaço privilegiado. Deve ser respeitada como "santuário

Marcelo Theobald — 30/08/93



A terrível chadna de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, é um dos muitos e chocantes exemplos do aumento de violência na sociedade, mas não se justificam as reações dos que pedem a pena de morte, pretendendo responder com a mesma violência àquele problema.

da Vida" (CA 39) e "célula primeira e vital da sociedade" ("Familiaris Consortio", 42).

Promover a Vida hoje significa urgir as exigências humanas e evangélicas do amor conjugal, contra os fermentos de dissolução dos laços de fidelidade e indissolubilidade do matrimônio, rompidos pelo divórcio e negados pelas uniões livres.

Outro campo que demanda a defesa da vida é a ecologia. Torna-se urgente conjugar o desenvolvimento com o respeito ao meio ambiente. Como diz o Documento de Santo Domingo: as propostas de desenvolvimento têm de estar subordinadas a critérios éticos. Uma ética ecológica postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e solidariedade como valores indispensáveis (cf. SD 169).

Na tarefa de buscar novos caminhos para a ética não basta apontar os sintomas da crise, mostrando-lhes as causas. Nem mesmo é suficiente atacar seus efeitos maléficos na sociedade e nas consciências. Faz-se necessário o esforço de todos para a formação da consciência ética. A Igreja sabe que esta ta-

Uma ética ecológica se baseia no princípio do destino universal dos bens da criação e na promoção da justiça e solidariedade.

refa cabe não somente a ela, mas a toda a sociedade da qual ela faz parte. Seria impossível levá-la adiante sem diálogo amplo e compartilhado. Unimo-nos aos vários segmentos ou classes sociais, governo e povo, empresariado e organizações sindicais, instituições representativas das diversas etnias, culturas e religiões para a construção de uma sociedade justa e solidária, baseada na promoção dos valores éticos.

Ao oferecermos estas ponderações ao povo do nosso País, pedimos ao Criador faça germinar as boas sementes que ele depositou no coração e na consciência de toda pessoa humana.

Mensagem dos Bispos brasileiros reunidos na Assembléia da CNBB, em 6 de maio de 1993.

- Como vemos, hoje, a crise ética na sociedade, e no nosso pequeno mundo familiar?
- Quais as reações aos diferentes aspectos dessa crise? Exemplos.
- De que forma um determinado modelo econômico pode influenciar positivamente ou negativamente, o comportamento das pessoas? Exemplos de desvios éticos motivados pelo modelo econômico vigente.
- Quais as causas da violência, em suas diferentes manifestações? Causas mais visíveis, causas mais remotas das causas mais próximas.
- O que podemos fazer, concretamente, para mudar alguns aspectos dessa atual crise ética? Como podemos agir mais efetivamente sobre as causas de tantos desvios éticos?

ais de revalorização da ética

Diversas faces da mesma crise

Os fatores da crise ética da nossa sociedade têm gerado a falta de honestidade, a corrupção, o abuso de poder, a exploração institucionalizada e a violência, mas também a transformação e a incerteza das consciências.

Há, na verdade, uma ruptura entre o indivíduo, que se fecha sobre si mesmo, e a vida pública e os valores comuns, sobre os quais se ergue a sociedade. A dimensão comunitária é enfraquecida, e prevalece a visão do ser humano como "indivíduo consumista". Hoje, a consciência das pessoas se sente, muitas vezes, confusa, fragmentada, manipulada e submetida aos impulsos do momento, por falta de uma visão mais consistente e objetiva de uma ética partilhada pela sociedade toda ou, ao menos, por uma comunidade definidora. A sociedade parece não apenas pluralista, mas desagregada, marcada por formas extremas de segregação ("apartheid") social, descrédito na ação política, falta de solidarie-

dade.

Evitando generalizações na análise de uma situação tão complexa, deve-se notar, especialmente, a contradição que marcou a história do País e que a modernidade vem reforçar.

De um lado, temos uma parcela da população que se beneficiou com o desenvolvimento e as transformações recentes e cujo poder e riqueza não cessam de aumentar, acentuando ainda mais as desigualdades. Esta faixa mais avantajada da população tende a agir de acordo com interesses individuais, guiada por valores utilitários, a partir de uma concepção que justifica a desigualdade. Esta não inclui a preocupação com o bem-estar dos outros cidadãos. Prevalecem os princípios "cada um por si e Deus por todos" e "levar vantagem em tudo". Por isso, um sociólogo brasileiro propôs defini-la como sociedade "pós-ética". Ela se situa além da ética que deixou para trás.

De outro lado, temos a parcela da população (a maioria!) que foi excluída do processo de modernização ou foi prejudicada por ele. Não lhe

Arquivo de Documentos da CNBB nº 50: Ética: Pessoa e Sociedade".

foram dadas vantagens materiais, nem efetivas possibilidades de participação política. Sente-se, de fato, "fora" da sociedade moderna. Para boa parte dela vale a "salve-se quem poder". Está numa situação "pré-ética", que a leva a recorrer mais à magia e ao maravilhoso do que às formas religiosas com claro conteúdo ético. Ela também não consegue reconhecer o que é "público", pois não se sente vinculada à sociedade como um todo, mas está em busca da sobrevivência, da solução de problemas imediatos e inadiáveis. Daí também, muitas vezes, descuido e até vandalismo da parte da população com os bens públicos.

A tendência crescente à concentração da renda, de um lado, e ao empobrecimento da maioria, de outro, foi constatada, mais uma vez, num recente documento do IPEA.

Entre essas duas faixas de população, existe uma terceira faixa, onde é mais nítida a reação a essas tendências e se manifestam os sinais do reencontro com a ética e da consequente promoção do bem comum. Não se trata de uma área homogênea, nem social nem culturalmente. Ela é caracterizada pela presença tanto de motivações intelectuais, que têm como suporte setores ligados à modernização e que mantêm vivo o ideal democrático de uma sociedade aberta à participação de todos, quanto de motivações religiosas, particularmente do catolicismo que acentua a "doutrina social", e a necessidade de não reduzir a prática religiosa ao emocionalismo e ao intimismo, em detrimento da solidariedade e da participação política.

Nesta área também se encontra a aspiração a conciliar valores fun-

Há uma tendência crescente à concentração de renda e ao empobrecimento da maioria da população.

damentais da ética tradicional, desvestidos de formulações históricas de outras épocas, com as exigências modernas de racionalidade e liberdade, numa abertura ao diálogo com todos os que buscam a edificação de uma sociedade mais justa. Dessas aspirações participam também as massas pobres conscientizadas e organizadas.

Em busca de uma rearticulação

Os historiadores têm observado que as épocas de crise da civilização têm despertado uma reflexão mais ampla e vivaz sobre ética. Algo semelhante parece acontecer hoje, em muitas sociedades e no Brasil.

Entre os sinais dessa reflexão e, ainda antes, de uma reação da opinião pública — intelectuais, classes médias, jovens e, em muitos casos, de movimentos populares, podemos citar:

- o questionamento do comportamento de políticos profissionais que distanciam seus interesses das aspirações dos eleitores, mostram pouca transparência no seu agir e se envolvem sistematicamente na corrupção e no abuso de poder;

- os questionamentos levantados ao redor da formulação de novas leis, regulamentando problemas

forte relevância ética, como as sobre família, aborto, experimentação biológica e genética, eutanásia, drogas...;

- a discussão sobre ética e economia, seja em termos mais amplos (a que está conduzindo a economia atual, com suas rápidas mudanças, geradoras de vantagens para poucos e de infelicidade e penúria para as grandes massas?), seja em termos mais restritos e específicos (ética dos negócios ou ética da empresa);

- as pesquisas de bioética, que, há vários anos, acompanham o impressionante avanço da biologia e da genética e de suas efetivas ou possíveis aplicações às pessoas humanas, inclusive com o risco da manipulação do patrimônio genético da humanidade. Deve-se prestar atenção à pressão que a mentalidade científica e técnica exerce sobre a reflexão, às vezes desconsiderando as razões éticas em favor de uma limitada ânsia de pesquisa e experimentação;

- os questionamentos mais amplos surgidos de certas aplicações ou consequências do progresso técnico-científico, que são percebidas como ameaça para a própria existência da humanidade. A questão se põe, antes de tudo, em face do multiplicar-se de armas atômicas ou nucleares, capazes de destruir muitas vezes a vida no planeta Terra, e, depois, de armas químicas e biológicas, de controle incerto; mais recentemente, cresce a consciência das ameaças ao equilíbrio ecológico, pela crescente poluição de ar, água e terra, pela destruição da camada de ozônio, pelo "efeito estufa" etc.

- o interrogativo ético que surge



Os avanços científicos e tecnológicos tornam-se frequentemente ameaças à própria existência da humanidade e ao equilíbrio ecológico do planeta.

do contraste entre a abundância de recursos econômicos e técnicos, de uma parte, e a fome e a miséria, que destroem vidas humanas, de outra. As interrogações se aprofundam na medida em que se percebe que fome e miséria são fruto de injusta distribuição, desorganização e cor-

rupção dos órgãos governamentais, guerras etc.

Para essa reflexão, a Igreja Católica tem contribuído muito ativamente, por meio de pronunciamentos pontifícios e episcopais, especialmente no campo da ética social e em defesa da vida, assumindo uma abordagem sempre mais indutiva e concreta.

Não é exagerado concluir que nunca a humanidade teve tanta responsabilidade para com o seu próprio futuro! Nunca precisou tanto de uma ética que ultrapasse os interesses imediatos dos indivíduos e abra as perspectivas do futuro para a humanidade inteira.

Esta preocupação inspira os recentes debates dos intelectuais e se manifesta nas reações espontâneas das diversas classes sociais. Citamos, por exemplo, as muitas manifestações da sociedade popular que contrastam com o individualismo moderno; o idealismo da juventude que reencontrou recentemente a capacidade de se manifestar e de defender publicamente valores morais irrenunciáveis; a indignação de movimentos contra a malversação da coisa pública; a informação e a denúncia por parte da imprensa e de outros meios de comunicação, bus-

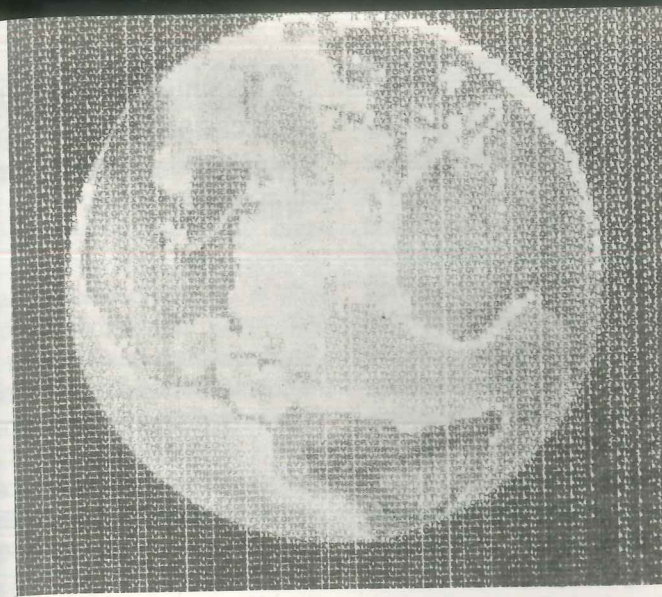
- *Percebemos reações ao individualismo? Exemplos.*
- *Reativa-se, de fato, o idealismo da juventude? Exemplos.*
- *É visível a indignação contra a desonestidade na política e na administração pública? Exemplos de manifestações públicas.*
- *Questionam-se, hoje, as relações de trabalho e as relações do homem com a natureza? Exemplos.*
- *Participamos efetivamente dessas reações, manifestações e questionamentos que hoje ocorrem? Que proposta fazemos e assumimos concretizar?*

"O Homem encontra a sua esperança no Homem". (Provérbio rumeno).

Não é exagerado afirmar que nunca a humanidade teve tanta responsabilidade para com o seu próprio futuro.

cando a almejada transparência da administração pública, dos três poderes constituídos e da vida política em geral.

A recriação da ética pelos novos movimentos sociais está apontando para novos estilos de vida. Há, hoje, a emergência de um anseio profundo de liberdade na esfera da realização da pessoa, a partir do mundo das aspirações e dos desejos; um senso muito profundo do direito à diferença, à alteridade; um sentido novo das experiências comunitárias em tensão entre o planetário (procura de universalização) e o pequeno (emergência e reconhecimento do pluralismo social e cultural); a redescoberta do sentido do prazer, da gratuidade, da celebração e da fantasia, que inclusive questiona a ética moderna no trabalho e a relação do homem com a natureza; a abertura de novos espaços para a experiência do sagrado na vida humana.



A população do planeta poderá duplicar em 50 anos: previsões alarmistas levam o mundo a rever políticas demográficas.

Questões éticas na Conferência do Cairo

Selma e Helio Amorim

Mais de 12 mil pessoas invadiram o Cairo, incluídos quase 4 mil ambientalistas e 5 mil representantes de ONGs do mundo inteiro. Nessa Conferência das Nações Unidas, 183 países teriam voz e voto sobre cada palavra de um extenso texto preliminar com diretrizes para a humanidade frente a uma anunciada explosão demográfica que em 50 anos pode dobrar a população mundial.

O documento em discussão foi preparado em reuniões prévias por representantes desses países, representando o consenso mundial sobre

essas questões, a menos de umas poucas expressões, palavras ou princípios, condenados ou rejeitados pelo Vaticano, em manifestações severas e cartas do papa a governantes de todas essas nações.

As controvérsias, portanto, giravam em torno desses poucos aspectos, sem dúvida importantes, sob o ponto de vista ético, mas que deixavam na sombra a grande massa de informações, orientações, princípios para ações concretas e indicações de prioridades a serem estudadas com atenção e incluídas em políticas

de governos e orientações pastorais das Igrejas.

Seria pueril esperar-se um documento doutrinário universal, capaz de atender às visões do homem e do mundo de todas as religiões e ideologias. As próprias orientações de caráter estritamente demográfico também não se aplicarão uniformemente a todas as nações: não se pode comparar a pequena densidade demográfica do Brasil, por exemplo, com as de algumas nações africanas e asiáticas. Tampouco se podem comparar os recursos naturais e o potencial agrícola do nosso país com os de regiões áridas ou de terras cansadas, de baixa produtividade.

Onde, então, as razões de tantas controvérsias e inflamados discursos? Quais os interesses ostensivos ou ocultos por trás desses confrontos?

Antes de mais nada, na desinformação. É evidente que a maior parte dos comentários sobre o documento ainda hoje revela que os comentaristas não o leram. Acusou-se, por exemplo, que o texto pretendia recomendar o aborto, quando, na verdade, já dizia exatamente o contrário: "em nenhum caso se deve promover o aborto como método de planificação da família". Acrescentava, é certo, que nos países em que o aborto é permitido, estes devem ser realizados em condições de segurança.

Na verdade, as recomendações mais insistentes se referem a ações educativas e acesso a meios de planificação familiar que evitem a gravidez indesejada, causa óbvia do aborto.

Também eram vetadas as orien-

O documento de trabalho já descartava o aborto como método de planejamento familiar.

tações sobre a educação sexual de adolescentes e jovens, na medida em que o documento não recomendava a abstenção sexual mas, recorrendo-se às evidências, propunha a transmissão de informações que evitassem a gravidez indesejada e a disseminação da Aids. A crescente incidência de gravidez e abortos em adolescentes e jovens, e a disseminação dessa terrível peste moderna podem indicar ser adequada essa orientação, que não exclui as atenções das Igrejas e de tantas organizações dedicadas à educação para o amor, o casamento e a vida familiar.

Outro ponto controverso era o conceito amplo de família, adotado pelo documento das Nações Unidas. É recomendada uma atenção especial às famílias, quaisquer que sejam suas conformações, tipos ou estilos de vivência familiar. A oposição surge de uma visão rígida e idealista de família tradicional — pai, mãe, filhos — que já não é hoje a predominante no mundo. Pretende o documento que todas as famílias concretas, em suas múltiplas expressões, necessitam de apoio de governos e organizações públicas e privadas.

Não se pode ignorar o forte interesse das nações ricas em estancar o crescimento demográfico das nações pobres. É um risco para as confortáveis relações comerciais internacionais com que os países do nor-

desenvolvido exploram historicamente os países subdesenvolvidos sul. Ora, o crescimento dessas populações espoliadas poderá gerar escassez de produtos primários de exportação, pelo aumento do consumo interno, elevando seus preços no mercado internacional. É o que explica a generosidade com que ofertam nos nossos países ajudas técnicas e cooperação técnica para programas de esterilização ou de distribuição de contraceptivos.

Onde estará a linha de equilíbrio entre tantas controvérsias e diante tantos interesses em jogo? Arriscamos delinear-las:

1. O aborto não pode ser adotado em nenhuma hipótese, como método de planejamento familiar.
2. Devem ser investigadas e removidas ou atenuadas progressivamente as causas ou pressões de diversas naturezas que induzem ao aborto.
3. Cada casal deve ter absoluta liberdade para planejar o número de filhos e o momento propício para gerar, como exercício de uma paternidade responsável.
4. Deve ser assegurada, a toda e de forma adequada às suas necessidades e condições de vida, ampla formação sobre o exercício da sexualidade e da paternidade-maternidade, bem como efetivo acesso aos métodos existentes para o exercício responsável dessas potencialidades, de modo a evitar-se a gravidez inde-

Nações ricas têm interesse evidente no controle do crescimento da população dos países pobres.

sejada, causa imediata das elevadas taxas de aborto em nosso país, e a disseminação de doenças transmissíveis pela prática sexual.

5. Desmistificar, para o caso concreto do nosso país, o risco demográfico, certamente real para outros países, de modo a orientar-se a atenção do governo e da sociedade para o problema real da gravidez indesejada, por ignorância ou impossibilidade de acesso a métodos seguros para um planejamento familiar livre, consciente e responsável.

6. Implementação de uma verdadeira política social familiar que permita aos casais terem o número de filhos que responda à sua vocação para a paternidade-maternidade, através de medidas e mecanismos de apoio que assegurem o atendimento às necessidades básicas dos filhos que desejam trazer ao mundo.

Ao nosso ver, o documento aperfeiçoado e finalmente aprovado, no Cairo, ainda com ressalvas do Vaticano, oferece pistas e aponta recursos para um tratamento saudável e eticamente correto dessas questões.

A fome é imoral.

O desemprego também.

Faça alguma coisa.

“As mulheres e os escravos não são cidadãos”

Jane de Fátima Silva Rodrigues
Professora da Universidade Federal de
Uberlândia

Durante centenas de anos o sexo feminino foi bombardeado por inúmeros saberes que sustentavam a sua inferioridade e a sua incompletude se comparada ao sexo masculino. O preconceito e a discriminação contra as mulheres têm marcado a trajetória histórica das relações entre os sexos e fazem parte de anedotários, provérbios populares e, até mesmo, estão nas obras dos grandes filósofos e cientistas.

De onde provêm todos estes discursos que objetivaram submeter e reprimir as mulheres dentro de padrões rígidos de normas e condutas? Por que em quase todas as civilizações foram mantidas como seres incapazes e inferiores? A base da submissão estaria tão somente na diferenciação sexual ou ela transcende a genética para ganhar, nas diversas ideologias conservadoras, a exclusão de grande parte da humanidade?

Aristóteles e Platão

Estas são algumas das questões que produziram, em vários idiomas, livros, teses e ensaios sobre o assunto. Desde a antiguidade inúmeros filósofos e homens das ciências

procuram refletir sobre “o que é ser uma mulher”, tão instigantes achavam ser os mistérios que envolviam o sexo feminino. Aristóteles, o filósofo grego, que viveu no século IV a.C. e que ainda hoje domina o pensamento filosófico no mundo, escreveu: “Da mulher pode-se dizer que é um homem inferior. A natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens”.

Ao recorrermos à história da humanidade, podemos verificar que, da Bíblia às doutrinas científicas do século XIX, as mulheres foram hostilizadas e dedicaram-se a intimidá-las negando-lhes as faculdades racionais e a inteligência. Péricles, o estadista ateniense, dizia: “As mulheres, os escravos e os estrangeiros não são cidadãos”. Mas nem só o pensamento aristotélico e a democracia ateniense negaram a capacidade intelectual do sexo feminino. Até mesmo o teólogo santo Tomás de Aquino argumentava que “a mulher foi criada mais imperfeita que o homem, porque naturalmente, no homem, há mais discernimento e razão”.

A visão androcêntrica do mundo é que permitiu aos homens das letras, ciências e artes tomar a mulher

como um ser inferior e, por isso mesmo, discriminá-la da esfera pública, relegando-a à esfera privada. Filósofos, reis e cientistas teceram comentários mordazes contra as mulheres. É de Platão a seguinte afirmativa: “Os homens covardes, que foram injustos durante sua vida, são, muito provavelmente, transformados em mulheres quando reencarnarem”.

Santo Tomás de Aquino

Foi na Idade Média que a inferioridade feminina cristalizou-se nas ideias dos diversos teólogos da época. Santo Tomás de Aquino já disse: “A mulher é um ser accidental e inferior ao homem: em força e dignidade, por natureza lhe está sujeita, pois o homem, o que domina, pela sua

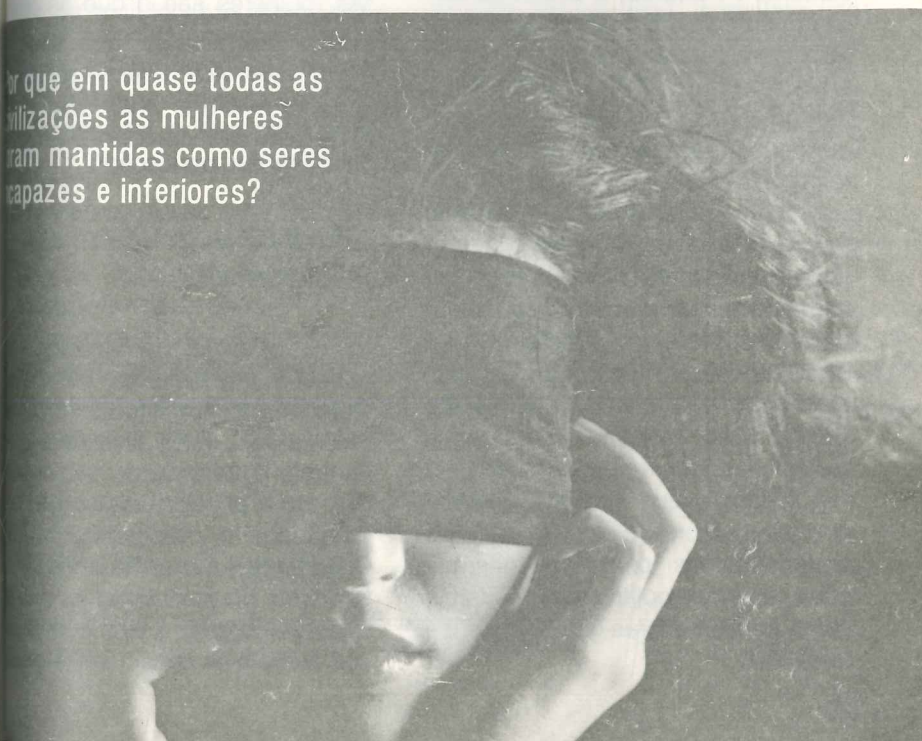
Aristóteles afirmava que a mulher é um homem inferior e a natureza só faz mulheres quando não pode fazer homens.

própria natureza, é a facilidade de discernir, a inteligência”.

Relegada à condição de incapaz, a única virtude ressaltada na mulher era a sua capacidade de procriar que, assim mesmo, era vista apenas como um vaso, um receptáculo, uma vez que a semente/sêmen estava no homem. Asseverava o poeta Ésquilo que “não é a mãe que engendra o que se chamava de filho, ela é apenas a nutriente do germe deitado em seu seio: quem engendra é o pai”.

Declarada, portanto, a incapacidade do sexo feminino, várias civili-

...que em quase todas as civilizações as mulheres foram mantidas como seres incapazes e inferiores?



zações estabeleceram códigos "protetores" da mulher. Em Atenas não possuíam nenhum direito. No código romano era tutelada e proclamada a sua imbecilidade. Os teólogos da Igreja consideravam-na "a porta do diabo". A ideologia burguesa irá reforçar a submissão feminina através da maternidade e da família como o bem maior da mulher.

Como porta-vozes deste ideário destacaram-se inúmeros escritores e filósofos, como Rousseau, Balzac, Hegel e Augusto Comte. Para eles, a maternidade era um fato natural e, por causa disto, a diferença sexual inevitavelmente fazia da mulher um ser da natureza, enquanto o homem era destinado a ser um ser da cultura. Hegel postulava que a "mulher tem seu verdadeiro destino na família e estar imbuída de devoção pela família é seu padrão ético de pensamento". Portanto, a diferença biológica parecia ser o ponto crucial para a hierarquia dos sexos, conforme anunciava Diderot: "A mulher é sempre governada em última instância por seus órgãos, e mais precisamente por seu útero".

Nesta controversa discussão se era a diferença biológica ou a cultural que levaram a uma inferiorização da mulher, discursos apaixonados foram proferidos. Poulain De La Barre, no século XVII, A.L. Thomas, Condorcet e Madame D'Epainay no século XVIII negavam a diferença biológica como a responsável pelo ser inferior a que estavam destinadas as mulheres e centravam suas argumentações contra as instituições sociais, políticas e culturais como as causadoras da inferioridade feminina.

Santo Tomás de Aquino afirmava que "a mulher foi criada mais imperfeita que o homem, porque naturalmente, no homem, há mais discernimento e razão"

Poulain De la Barre, um dos maiores feministas de seu tempo, era categórico ao afirmar: "Os que fizeram e compilaram as leis, por serem homens, favoreceram o seu próprio sexo, e os juristas transformaram as leis em princípios". Ao escrever uma história das mulheres através do tempo, Thomas constatou a submissão a que as mulheres foram sujeitas ao longo de séculos. Em sua tese intitulada "Ensaio sobre o caráter, costumes e o espírito das mulheres", concluiu que "As mulheres são o que as civilizações e as circunstâncias, o governo e as leis fazem delas". Madame d'Epainay reafirmava que "a mulher é um ser da cultura inteiramente moldado por sua educação".

A Revolução Francesa não revolucionou

A questão da educação das mulheres envolveu boa parte dos legisladores e pensadores dos séculos XVIII e XIX. Para Helvetius e D'Alembert, a falta de acesso à educação era a principal causadora da inferioridade e passividade feminina. Condorcet, na mesma linha de pensamento, pretendia que as mulheres tivessem acesso à vida pública, uma vez que ele as considerava iguais ao

homem. Entretanto, os grandes realizadores e promotores da Revolução Francesa, como Babeuf, Robespierre, acreditavam na inferioridade "natural" da mulher.

Com o advento das idéias socialistas do século XIX nascia a utopia da "mulher livre", que encontrou eco nas vozes de Saint-Simon, Charles Fourier, Engels, Marx, entre outros. Para eles a condição da mulher situava-se em um contexto mais amplo do que as questões biológicas ou culturais. Essa localização na rígida e perversa estrutura da sociedade em classes, defendia August Bebel em seu trabalho "A Mulher e o Socialismo", publicado em 1889, defendia a tese de que "a condição feminina era uma questão social e que somente a supressão das classes colocaria fim à dominação do homem sobre a mulher".

Mesmo uma defesa da melhoria da vida da mulher, quer através da educação, quer da supressão da sociedade de classes, sabemos que isto transformaria a médio prazo a condição feminina, marcada pelo

Relegada à condição de incapazes, a única virtude ressaltada na mulher era a capacidade de procriar.

desprezo e humilhação ao longo dos séculos. A grosso modo, podemos afirmar que as ideologias reinantes, no decorrer do processo civilizatório, argumentaram que a inferioridade feminina era atributo "natural" do seu próprio sexo e que a capacidade de raciocínio, inteligência e invenção foram pertinentes somente aos homens. Até mesmo os primórdios da psicanálise iniciada por Freud em fins do século passado acreditavam que a mulher se sentia como um ser mutilado por não possuir o pênis. Para ele, a "anatomia era o destino".

Diferença biológica, aspecto cultural e educacional, complexo de castração ou o pecado original nos levam a crer que ainda paira um mito sobre a questão: "O que é uma mulher".

Percebemos ainda, em torno de nós, formas de machismo e desvalorização da mulher? Na sociedade, na atividade profissional, na família? Quais as conquistas recentes mais importantes para uma mais efetiva igualdade entre os sexos?

O que podemos e devemos fazer para que essa igualdade querida por Deus se torne realidade entre nós?

**Comida e emprego.
Antes que seja tarde.**

Anti-feminismo na Bíblia?

Ao lermos a Bíblia, devemos estar atentos às influências que as diferentes culturas exerceram sobre os autores dos relatos, cartas e discursos produzidos ao longo de 3 mil anos, reunidos nos muitos livros que a compõem.

Por isso, é necessário aprender a separar e identificar o que são revelações do projeto de Deus e o que são simples orientações sobre comportamentos e normas sociais provisórias e mutáveis, impregnadas pela cultura do tempo em que cada texto foi escrito.

Percebe-se, por exemplo, a forte influência do contexto cultural machista em muitos escritos do Antigo e do Novo Testamento.

Lemos, no Eclesiástico:

"Um homem que te faz mal é melhor do que uma mulher que te faz bem". (Eccl 42, 14).

S. Paulo não escapa dessa ar-

madilha. Imerso numa cultura que não valoriza a mulher, o apóstolo esquece a atenção que Jesus dispensa às mulheres, valorizando-as e causando escândalo entre os judeus. Tão densa tradição cultural acabou condicionando alguns discursos da Igreja nascente, marcando-a com esse estigma, ainda hoje presente em muitas práticas e disposições disciplinares das igrejas cristãs.

Eis duas amostras da influência da cultura machista sobre as orientações de S. Paulo às primeiras comunidades cristãs:

"As mulheres se calem nas assembleias porque não lhes compete falar, mas viver sujeitas, como diz a Lei. Se quiserem aprender alguma coisa, que perguntem em casa a seus maridos, porque não é conveniente a mulher falar na assembleia". (1 Cor 14, 34-35)

"A mulher ouça a instrução em



Equipe de Redação

silêncio, com espírito de submissão. Não permita que a mulher ensine, nem se arrogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio, como o primeiro a ser criado foi Adão, pois Eva. E não foi Adão que se deixou iludir, mas sim a mulher que, enganada, incorreu em transgressão; mas ela poderá salvar-se, cumprindo os deveres de mãe, contanto que permaneça com modéstia na fé, na caridade e na santidade". (1 Tm 2, 11-15).

Assim, se compreendemos a ação dos condicionamentos culturais daquele tempo, entenderemos por que se tornava impraticável, para S. Paulo, incluir mulheres entre os do-

Entretanto, esse fato circunstan-

cial ainda hoje é fundamento para a exclusão das mulheres de funções importantes nas igrejas cristãs. Prevalece o entendimento de ter sido intenção de Jesus reservar exclusivamente a homens a missão e funções que outorgou a seus apóstolos.

Essa reflexão nos ocorreu quando a imprensa noticiou as fortes reações no seio da Igreja Anglicana, à decisão de ordenar mulheres, que já agora exercem o sacerdócio.

São mesmo muito fortes os condicionamentos culturais que persistem, desconsiderando a frase com que o mesmo apóstolo procurou superá-los:

"Em Cristo não há judeu ou grego, servo ou livre, homem ou mulher". (Gl. 4,28).

"Não nos condenes a ser sós, estando juntos. Permite-nos estar juntos (D. Helder Câmara)

Igreja e ética

Jaci Maraschin
Pastor anglicano e professor

A grande diferença entre a ética de Jesus e a das comunidades religiosas de sua época situava-se entre a lei e o amor. A expressão "eu, porém, vos digo" colocava sob julgamento as pretensões dominadoras do código sobre a vida. Contra Jesus levantavam-se as instituições. Elas têm suas razões; querem sobreviver a qualquer preço e não admitem perder o poder que exercem. Daí o gosto pela ordem e pela organização. Não gostam de elementos explosivos capazes de subverterem seu cotidiano jurídico. As instituições alimentam-se dos regimentos internos, dos estatutos e dos cânones. Logo se vê que vidas assim alimentadas tornam-se apáticas e doentias. Nos casos extremos, para garantir a vida tumular, criam organismos de defesa que vão desde o tribunal do Santo Ofício até as comissões de defesa da fé e da doutrina. No campo secular, fortalecem os exércitos e as tropas policiais.

Assim, a ética representa a obediência à lei estabelecida. Pretende ser lógica e natural. Vale-se de filosofias que sempre estiveram a serviço dos governos e dos poderosos.

Extraído de "Tempo e Presença" – CEDI,
1994

As igrejas, sempre atreladas ao jogo desse poder, seguem a mesma linha. Estabelecem leis que dizem ser morais e resguardadoras dos costumes e dos comportamentos. São leis que não têm nada a ver com o amor do Evangelho vivido e pregado por Jesus.

Posição pretensiosa

A recente comissão internacional de diálogo entre anglicanos e católicos romanos começou os trabalhos ano passado em torno do que seus líderes apelidaram de "questões morais". Essas questões são as seguintes: aborto, divórcio, anticoncepcionais e homossexualismo. Há entre os dois grupos religiosos enormes diferenças, e não estou aqui para dizer qual dos grupos "escolheu a melhor parte". Entretanto, o simples fato da discussão desses temas pelas igrejas não tem nada de ameaçador. O que ameaça não é o debate, mas a pretensão de dizer "aos cristãos e ao mundo" como é que cada pessoa deve se comportar na sua vida de todos os dias.

Tomemos como exemplo a questão dos anticoncepcionais. As

leis do corpo humano sempre foram dirigidas pelo próprio corpo humano capaz de perceber suas necessidades, deveres e prazeres. O uso de anticoncepcionais assemelha-se ao emprego de adoçantes, uma vez que impedem o desencadear de resultados indesejáveis na dieta do corpo. Há, certamente, certas perdas no jogo do poder, num caso e no outro. Trata-se de um ato consentido, no qual a

perda é compensada por bens maiores e possíveis. A questão de fundo, portanto, não é essa. O horror em relação ao uso de anticoncepcionais da premissa falsa de que todo o sexual é, necessariamente, promíscuo e que é essa a finalidade do exercício. Se a afirmação é consistente com a estrutura da vida, nada melhor do que reprimir a vida sexual e sublimá-la como se fazia na Idade Média e nos contextos mais puritanos. Falta, entretanto, nos parágrafos do Direito Canônico, a consideração da plenitude da sexualidade e sua conseqüente expressão. Falta, na verdade, o sentido do amor. A sexualidade não pode prescindir do mecanismo da genitalidade, muito embora possa, a rigor, prescindir da função procriadora.

Se o código canônico quisesse coerente deveria impor sobre os seguidores da religião não certas proibições e limites, mas a própria restrição. É coerente a igreja que, nessa linha, eleva a virgindade acima das virtudes comuns e faz de seus sacerdotes e líderes heróis da repressão do corpo. Mas o corpo foi criado para as carícias e para os orgasmos. De tal maneira Deus nos criou que as delícias do jardim do

As igrejas, muitas vezes, têm a pretensão de dizer aos cristãos e ao mundo como devem se comportar na totalidade de suas vidas. Quase sempre, a ética das igrejas permanece amarrada ao legalismo que Jesus tanto combateu

Cântico dos Cânticos se fazem, mais do que metáforas, exemplos das alegrias do desejo e do prazer do sexo. Não vou considerar aqui a importância dos métodos anticoncepcionais na prevenção de doenças contagiosas. Trata-se de ato de responsabilidade e, portanto, também de moral.

Ética clandestina

A ética das igrejas permanece amarrada ao legalismo que Jesus tanto combateu. É por isso que muitos cristãos preferem romper com esse legalismo "imoral" e preferem seguir a ética de Jesus baseada no amor e na misericórdia. Sua ética parecerá clandestina. Na verdade, não poderá ser de outro modo. É nessa ética assim chamada clandestina que se revela o verdadeiro sentido do seguimento de Jesus na vida cotidiana.

Convém aqui fazer esta importante distinção. O Didaquê dizia que os cristãos estavam espalhados no mundo mas que "não eram do mundo". Coisas que os primeiros cristãos entenderam tão bem que inseriram nos evangelhos, embora tardiamente, a expressão de Jesus de que o

Reino "não era deste mundo". Acho que na questão ética, os cristãos precisam compreender algo semelhante: que estão na igreja mas que não são "da igreja". A igreja é apenas o lugar de nossa passagem. Não é nosso lar eterno. Ela é tão pecadora como qualquer fariseu. E só continua a viver por causa da misericórdia de Deus.

A dimensão ética da Pastoral O exercício do discernimento

A realidade da ação pastoral que representa o coração da vida de todos os cristãos e o cotidiano de muitos agentes que disso fazem o seu emprego de tempo majoritário não é — ao contrário do que muitas vezes se pensa — algo harmônico e previamente conciliado. Na trama desse agir encontram-se dificuldades, obstáculos, rixas, atritos, lutas de poder e um sem-número de outros entraves e conflitos que demandam constante reavaliação ética, à luz do Evangelho, a fim de não se perderem de vista os objetivos primeiros daquilo que se pretende com o trabalho pastoral, assim como sua razão mesma de ser.

O fato de trabalharmos e agirmos pelo bem do povo de Deus e o crescimento de seu Reino e nisso desejarmos empregar toda a vida e o melhor das forças e energias não significa que possamos considerar todas as nossas intenções como purificadas de malícia e concupiscência e nossas ações acontecendo livres de toda pressão de paixões e sentimentos menos nobres.

Ousadia do espírito

Mais do que ninguém, portanto, um agente de pastoral precisa constantemente rever seus critérios éticos e confrontá-los com a ética do Evangelho, procurando que haja um encontro sempre mais profundo entre esses dois referenciais. Em meio à trama complexa e por vezes obscura e ambígua que é a vida humana, atravessada de conflitos e crises os mais diversos, o discernimento é requerido como atitude constante.

Discernir é uma ousadia da liberdade e requer, além disso, uma liberdade ousada da **parresía** de que fala Paulo em Ef 3.12. Paradoxalmente, no entanto, essa ousadia maior é não a de fazer as coisas por si só, mas a de deixar-se levar pelo Espírito de Deus. Muitas vezes, diante de situações em que não se vê claro ou não se vê de modo adequado, é preciso optar — ousadamente — por ser levado "onde não se quer" (cf. Jo 21.18).

Discernir é também uma atitude ética ousada porque o código diante do qual se encontra referência definitiva é a ação de Deus, um Deus de quem se recebeu o impulso primeiro do amor e de quem se espera que continue inspirando e impulsivando, sem limites, o próprio agir.

O fato de trabalharmos e agirmos pelo bem do povo de Deus não significa que possamos considerar todas as nossas intenções como purificadas



quem se espera, além disso, que continue trabalhando em nós e na sociedade, e intervindo segundo sua vontade, por vezes bem diferente da nossa. A maior ousadia do discernimento, talvez seja o fato de que seu embocar vai forçosamente terminar na cruz, em quaisquer de suas situações históricas. Não a cruz de desencarnada ascética ou de espiritualidade verticalista, mas a que vem do compromisso com um povo que faz acontecer sua epifania no rosto do pobre e do oprimido. Uma cruz, portanto, vinculada e se vincula com a dor dos pobres e sua sorte. Discernir, portanto, é algo que introduz de modo pleno nas situações históricas em luta e conflito nos faz optar pela escolha primordial de Deus: a causa dos pobres e necessitados.

Percorrer os caminhos éticos é tarefa diária e atitude referida à espiritualidade. Coração dócil e maternidade humana e espiritual são exigências do viver na conflitividade da ação pastoral

Por tudo isso, discernir é ser capaz da abertura primeira que leva a descobrir a força de Deus e do mal em cada um e nas diversas situações históricas. Conhecer os seus campos, onde se assentam, as tácticas que utilizam e, sobretudo, reconhecer as reações pessoais diante dos bons e dos maus impulsos, das reações positivas ou negativas, dos desejos e resistências que marcam constantemente a vida do Espírito em nós e o trabalho pastoral por ela suscitada.

Confronto comunitário

Discernir é descobrir a ação do Espírito que já nos impele, mas também não dar crédito a todos os impulsos pessoais sem que passem pelo confronto comunitário. Confronto esse que confirma e ratifica o que se descobriu na interioridade, ou então que faz aparecer seu lado negativo e dissuade da opção que se pensava tomar, convidando a uma reconsideração e talvez mudança ou reorientação da mesma.

Por isso é sempre necessário, em momentos de crise e discernimento em meio à atuação pastoral, um conhecimento bom, verdadeiro e

profundo da situação na qual se pretende atuar, uma análise cuidadosa e crítica da realidade a fim de se ter a noção mais clara possível da atitude ética a ser tomada.

Espiritualidade e ética

É preciso também, e não menos, assegurar uma atitude interior de profunda retidão e pureza, um desejo de não estar movido por motivações outras que não sejam a busca da glória de Deus e a construção de seu Reino. Por isso, quase sempre o dilema ético na pastoral não se apresenta, às vezes, como uma possibilidade de escolher entre o bem e o mal, mas sim, muitas vezes, de optar pelo meio mais eficaz, o que mais vai beneficiar a causa dos pobres e o crescimento do Reino.

Para isso, é preciso que espiritualidade e ética andem de mãos dadas. A atitude fundamental do discernimento é estar com o olhar posto em Jesus Cristo, sua encarnação, vida, morte e ressurreição, e o coração sintonizado com seu ministério apostólico, marcado pela lógica pascal da morte que faz bortar a vida, do grão de trigo que morre para não ficar só e dar muitos frutos (cf. Jo. 12,24ss).

A atitude ética que leva ao discernimento pressupõe, finalmente, desejar com todo ardor penetrar — ou melhor, ser introduzido, por pura

misericórdia e graça — no mistério da vontade de Deus. Nada mais alheio ao discernimento do que a segurança do próprio julgamento, as articulações e conchavos que garantem uma fatia maior e mais polpuda do poder e do reconhecimento que muitas vezes permeia a busca de cargos e prestígio na ação pastoral.

Corações dóceis

Discernimos para ser verdadeiramente, evangelicamente éticos, ou seja, para buscar e encontrar a vontade de um Deus que é mistério e cujos caminhos não são os nossos. Por isso é preciso entregar-se. Discernir supõe, portanto, cabeça clara e decidida, mas sobretudo coração dócil, compreensivo e misericordioso, disposição para perdão e para um constante e sempre renovado recomeçar.

A atitude ética de discernir a própria atitude no agir pastoral supõe, portanto, homens e mulheres maduros, humana e espiritualmente, cujo único desejo é trabalhar com todas as forças para que venha o Reino de Deus. Mas, ao mesmo tempo, entregar-se de todo coração nas mãos daquele que é o Único Senhor e por ele deixar-se levar. Os frutos que brotarem desse agir assim inspirado e movido não serão nossos, mas neles encontraremos, evangelicamente, a maior fonte possível de alegria.

- *Constatamos divergências entre orientações das Igrejas e as práticas dos cristãos? Exemplos.*
- *Como avaliar contradições existentes?*
- *Quais os princípios éticos fundamentais em que se devem basear decisões do cristão, segundo a sua consciência e a sua fé?*

símbolos da libertação ou dominação?

Sacramentos: símbolos de libertação

José Maria Castillo
Teólogo, Espanha

Tal como se realizam, os sacramentos não são, muitas vezes, símbolos de libertação, mas quase sempre instrumentos de dominação. Muitas vezes, os sacramentos são meios pelos quais o clero pretende submeter as pessoas às exigências da instituição eclesial.

Assim, não se converte muitas vezes uma coisa tão maravilhosa, como é o batismo, num rito pelo qual as crianças, antes de terem o uso da razão, ficam integradas na igreja com todas as obrigações que isso supõe? Do mesmo modo, a grandeza do sacramento da penitência não tem funcionado muitas vezes como um meio pelo qual os clérigos exercem um domínio absoluto sobre as consciências, isto é, sobre o mais sagrado e íntimo que tem a pessoa? E a eucaristia não fica reduzida, na prática, à obrigação que em os fiéis de assistir à missa aos domingos? Da mesma maneira, não se converte muitas vezes o matrimônio no sacramento pelo qual o

homem e a mulher ficam obrigados a obedecer à igreja em tudo o que se refere à vida da família?

Não há dúvida que o clero não teria o poder que tem, se não existissem os sacramentos, tal como existem. Portanto, os sacramentos, se não se realizarem na vida cristã, como deve ser, podem converter-se nos instrumentos de dominação por excelência que a instituição eclesial tem à sua disposição. Consequentemente, a experiência que os sacramentos muitas vezes geram é a de submissão, não a de libertação.

O porquê disto

Os sacramentos são, geralmente, compreendidos como rituais que os fiéis devem realizar, se quiserem obter o fruto que eles prometem. Mas rituais nas mãos do clero. O resultado deste estado de coisas é a dependência total dos leigos, relativamente aos clérigos. Muito pouca coisa há que os leigos podem fazer na sua vida sacramental, sem terem de contar com a presença, a presidência e a direção dos clérigos. Isto é evidente.

Extraído do estudo "Sacramentos e libertação" publicado na revista galega "Crucillada" e traduzido pela revista portuguesa "Fraternizar".

Mas há algo fundo em tudo isto: segundo a definição tradicional, os sacramentos são sinais eficazes que comunicam a graça de Deus. Pode então dizer-se, com toda a razão, que quanto mais sacramentos, mais graça divina. Sabemos, por outro lado, que a graça traduz-se em amor. Conseqüentemente, pode dizer-se também que quanto mais sacramentos, mais amor.

Entretanto, no dizer de certos membros da instituição eclesiástica, o amor tem que se realizar mediante a obediência, mediante a submissão. De tal maneira, que se nos deixarmos levar pelas palavras deles, quanto mais amor houver, mais docilidade e submissão tem de haver também. Quanto se ama, quanto se obedece. Este parece ser o discurso de muitas pessoas da igreja. Dentro desta lógica, compreende-se que a obra mestra do poder consiste em fazer-se amar: amar a Igreja-instituição-hierárquica, amar a pátria, amar os outros; amar, repetimos, implicaria submeter-se, obedecer. Submeter-se e obedecer às leis concretas. Dedicar-lhes um amor sem fim.

Certas práticas eclesiais levam-nos a duvidar se esta possibilidade não é já, em certos casos, dura e triste realidade.

Não se trataria de dominação religiosa apenas, mas também de dominação social e política. Refiro-me àqueles casos, infelizmente mais freqüentes do que seria desejável, em que os sacramentos são administrados a ditadores e tiranos, numa palavra, àqueles que exercem um poder despótico, ou que, pelo menos, violam os direitos humanos sem qualquer escrúpulo e também sem qualquer limite.

Quando sacramentos são administrados a tiranos que violam os direitos humanos, estará sendo legitimado o seu comportamento desumano.

É claro que, nestes casos, o sacramento atua como elemento legitimador do comportamento desumano de tais políticos. Portanto, também aqui, os sacramentos atuam como instrumento de dominação sobre o povo, sobre as pessoas em geral.

Estas podem ser algumas das razões pelas quais os sacramentos, em certas ocasiões, são mais instrumentos de dominação e de submissão, do que verdadeiros símbolos de libertação.

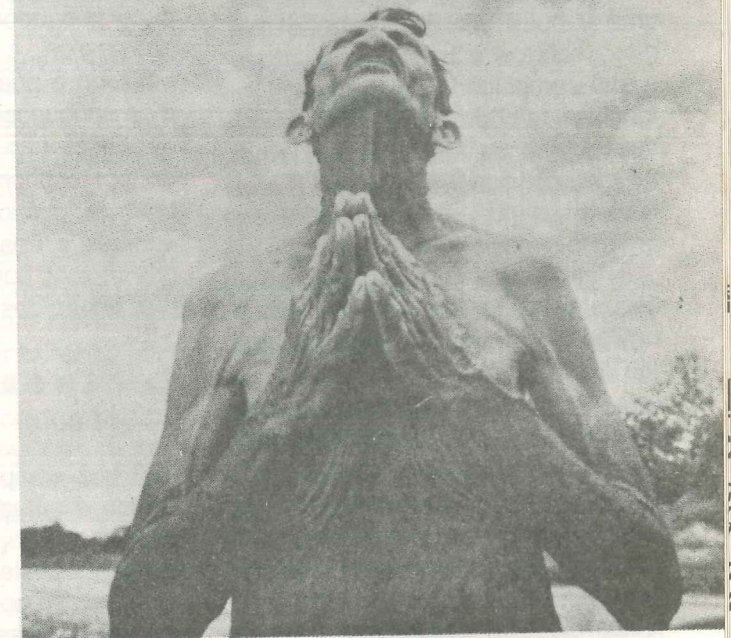
A prática de Jesus

Jesus viveu e pregou a sua mensagem num povo que vivia mergulhado numa religiosidade carregada de ritos e de pesadíssimas obrigações, verdadeiramente insuportáveis. Estas obrigações referiam-se, na sua maioria, no complexo mundo da sacralidade. Sacralidade do tempo (o sábado), sacralidade do espaço (o templo) e a sacralidade das pessoas (os sacerdotes). Pois bem, como se comportou Jesus, neste contexto e diante destas instituições?

Para começar, pode-se dizer que o comportamento de Jesus foi absolutamente livre, que causou espanto, escândalo e mesmo perse-

comportamento de Jesus em relação ao mesmo religioso do tempo foi absolutamente livre, causando espanto, escândalo, perseguição e morte. Quando a experiência de liberdade vivida e se expressa em gesto simbólico, temos diante de um autêntico sacramento.

ção até à morte. Ou seja, a prática de Jesus, relativamente aos ritos religiosos, foi de absoluta liberdade. Ele não compreendia nem podia compreender tais ritos como instrumentos de submissão e de dominação. Pelo contrário, só os podia entender como símbolos de libertação. Vejamos isto mesmo, através duma análise rápida das três grandes parábolas às quais acabamos de referir-nos.



1. Jesus e o tempo sagrado (sábado)

A atividade de Jesus levou-o a não ter medo de violar e infringir deliberadamente o sábado, inclusive, em fazer tábua rasa dele, sempre que isso lhe pareceu importante, para melhor poder proclamar a Boa Nova da gratuidade e da liberdade de Deus. Nos quatro Evangelhos, aparece a intenção expressa de Je-

sus em realizar curas de doentes em dia de sábado (Mt 12-10-12; Mc 3,2-4; Lc 6,7-9; 13,14-16; 14, 1-5; Jo 5, 16; 7, 23; 9, 16). Um tal comportamento provoca tal escândalo nas pessoas religiosas e fiéis, que chega a deixá-las furiosas (Lc 6,11). Por outro lado, era motivo de rejeição do que Jesus dizia d'Ele próprio (Jo 9, 16). Era, sobretudo, uma ameaça direta à sua própria vida (Mc 3,6).

Apesar disso, Jesus infringiu, uma e outra vez, a legislação religiosa sobre o sábado. Permitiu que a sua comunidade de discípulos infringisse também essa lei e defendeu-os, quando foram acusados por tal motivo; inclusive, mandou outros fazerem o que expressamente era proibido nesse dia (Jo 5,9).

A lição que se tira daqui, é que Jesus devia ter visto na violação e anulação do tempo sagrado, algo tão importante e decisivo, que passou por tudo, até pelo risco de vida, para transmitir o ensinamento fundamental que aparece em Mc 2,27, ou seja, que o verdadeiro centro da atitude religiosa não é o tempo sagrado, o rito, a cerimônia, mas a pessoa, a mulher e o homem concretos. E, para transmitir este ensinamento, Jesus não se limitou a falar, começou por infringir o estabelecido na Lei religiosa, apesar dos riscos que corria.

Esta atitude global de Jesus revela algo fundamental: se, para muitos judeus daquele tempo, o sábado era o ponto central da Lei e valia mais do que todos os mandamentos (uma visão das coisas que Jesus bem conhecia!), ao atrever-se a colocar a pessoa humana acima do sábado, Jesus revoluciona radicalmente a religiosidade, transforma a

Jesus se atreveu a colocar a pessoa humana e sua liberdade no centro da religiosidade, acima do sábado.

sua ordem e o seu esquema fundamental: o centro da religiosidade não é a submissão ao ritual, mas a liberdade libertadora da pessoa, o bem da pessoa, a experiência humana em tudo o que esta tem de positivo e de enriquecedor.

Jesus não desrespeitou o sábado por capricho, mas para fazer bem às pessoas que sofriam, aos doentes e aos oprimidos pelas forças do mal, como consta duma simples leitura dos textos citados.

2. Jesus e o espaço sagrado (templo)

Para compreender o que representou a atitude de Jesus, em relação ao templo, é preciso ter presente o que este significava para os seus contemporâneos. O templo de Jerusalém desempenhava duas funções sumamente importantes: era o centro da religiosidade judaica e a fonte principal de rendimento econômico para a cidade.

O comportamento de Jesus revela-se, pois, no mínimo, surpreendente, para não dizer escandaloso. Os Evangelhos, por exemplo, não se preocupam em informar se Jesus ou seus discípulos iam ao templo para orar e para participar nas cerimônias sagradas. O que dizem é que Jesus ia com freqüência ao templo, mas para ensinar o povo.

Mais concretamente, Jesus vai ao templo para desmascarar a situação e fazer pensar a sua comunidade sobre as motivações dos ricos e pobres (Mc 12, 41-44). Sobre tudo há que ter em consideração a expulsão dos comerciantes do templo, gesto que se converteu numa anulação e na afirmação de que, nestas circunstâncias concretas, não passava de um covil de ladres.

É também significativo que Jesus se retire à montanha para orar, para comunicar com Deus, ou até ao campo. O que mostra Jesus não utilizava o templo, lugar exclusivo ou principal do encontro com Deus. Mais. Em certas ocasiões, chega a desprestigiar o lugar santo, desmascara-o e neutraliza-o. Um tal comportamento reveste-se de importância decisiva e mesmo crítica, porque está fora de dúvida que, quando Jesus expulsou violentamente os comerciantes do templo, sabia claramente que estava em risco a sua própria vida. De fato, esta ação de Jesus deu motivo para se proceder, oficialmente e de modo definitivo, contra ele.

Pode, pois, afirmar-se que tanto o espaço sagrado e o ritualismo que lhe está ligado, são algo central na mensagem de Jesus. Jesus mostrou-se crítico com o templo e com o que ele representa, porque, nestas circunstâncias, era um lugar de exploração e de dominação sobre o povo. A religiosidade judaica, com todo o seu poder opressor, tinha a sua cúpula precisamente no templo. E isto é o que Jesus não aceita. Porque — é preciso dizê-lo — uma vez — o decisivo para Je-

Jesus vai ao templo para ensinar o povo, e retira-se ao campo e à montanha para orar.

sus não é o ritualismo, mas a liberdade libertadora.

3. Jesus e as pessoas sagradas (sacerdotes)

Nos tempos de Jesus, havia em Israel duas classes de sacerdotes: os simples sacerdotes e os sumos sacerdotes. Dos simples sacerdotes, pouco falam os evangelhos. E, das poucas vezes que falam deles, ainda é para os desprestigiar. Assim na cura do leproso (Mt 8,4), Jesus toca no doente, coisa que provocava uma impureza legal (Lev. 5,3a; 13, 45-46). Mas o que na verdade aconteceu, é que o doente ficou curado. Jesus, pois, anula aquela lei ritual e manda o doente ter com os sacerdotes. Com isto, mostra bem a sua superioridade sobre eles, pois deixa claro que o que é próprio dos sacerdotes, é o mero reconhecimento legal.

Outro exemplo típico é a parábola do samaritano. O fato verdadeiramente polêmico que Jesus avança nesta parábola é que quem passa ao largo e deixa abandonado na beira da estrada o desgraçado que se esvai em sangue, são um sacerdote e um levita (Lc 10, 31-32), isto é, os representantes oficiais do culto ritual. Tais homens são apresentados como modelos de falta de solidariedade, precisamente porque queriam

apresentar-se purificados no altar (Lev 22, 4-7).

Mas o conflito maior de Jesus foi com os sumos sacerdotes de Israel. Fala-se deles nos Evangelhos, sob um duplo ponto de vista: o seu poder autoritário e o enfrentamento direto e mortal com Jesus. Daí os enfrentamentos constantes daqueles sacerdotes com Jesus e a sua intervenção decisiva na prisão, na condenação e na execução de Jesus.

O culto ritual que aqueles homens representavam, andava de mãos dadas com a dominação despótica sobre o povo. E isso é o que Jesus não tolera de nenhum modo. Por isso o seu enfrentamento mortal com eles e com tudo o que eles representam.

De tudo o que fica dito, uma conclusão salta à vista: os nossos sacramentos não podem ser interpretados como simples ritos cerimoniais ligados à experiência do sagrado. Tais ritos limitam a liberdade. Se quisermos ser fiéis à prática de Jesus, temos, como cristãos, de compreender e viver os sacramentos de outro modo. Como?

Os símbolos da experiência cristã

Muitas vezes tem sido dito que os sacramentos são sinais eficazes que nos comunicam a graça. Esta definição, porém, é insuficiente. Porque um sinal é a união de um significante e de um significado. Mas de tal maneira que o significado é sempre um conceito. Por exemplo, na linguagem, cada palavra é um sinal, porque, nela, o significante (fonema), ao unir-se com o significado (concei-

O maior conflito de Jesus foi com os sumos sacerdotes, que afinal tiveram participação decisiva na sua prisão e condenação à cruz.

to), forma-se ou configura-se como sinal. Mas isto está nos dizendo que o sinal se situa sempre ao nível lingüístico, ou seja, ao nível conceitual.

Ora, todos sabemos que, na vida, há experiências que não se podem comunicar ao nível lingüístico ou conceitual, pois se situam num nível mais profundo, o nível simbólico. Assim, no complexo mundo das relações humanas, na psicanálise e na história comparada das religiões, aparecem, com frequência, experiências que resultam simplesmente inefáveis. Não se podem exprimir por sinais. Daí a necessidade dos símbolos que são a expressão das nossas experiências mais profundas.

Todo símbolo é composto de dois elementos: a experiência, que tem as suas raízes no inconsciente da pessoa, e a expressão externa dessa mesma experiência. Se faltarem um destes elementos, não há símbolo.

Por outro lado, compreendemos qual é a função do símbolo. É tripla: 1. O símbolo assume a experiência profunda do inconsciente da pessoa; 2. O símbolo traduz essa experiência ao nível de consciência; 3. O símbolo exprime e comunica a experiência em questão.

Por exemplo, nas relações humanas, o afeto exprime-se por meio

do abraço, da carícia e do olhar. Tais expressões são simbólicas, porque assumem a experiência profunda da pessoa, traduzem-na ao nível da consciência e exprimem-na ao nível da comunicação.

Pois bem, a fé cristã comporta experiências muito profundas que se podem comunicar apenas por meio de sinais, ao nível lingüístico. A experiência do amor, da esperança, da liberdade, lançam as suas raízes no inconsciente da pessoa. Apenas podem ser assumidas e expressas por meio de símbolos. Tais são os sacramentos.

Freqüentemente, os símbolos correm o risco de degenerar em ritos, sem conteúdo. Isto acontece quando a experiência de viver morre e desaparece, mas continua a manter-se ainda o gesto externo. Tal gesto não passa de um rito vazio e funcional, sem vida. Muitas vezes, as pessoas, por exemplo, cumprimentam-se, abraçam-se e beijam-se, mas isso corresponde a uma experiência íntima de afeto ou amor. Ou seja, mantém-se o gesto

exterior como mero ritual, mas sem qualquer correspondência com a realidade que a pessoa vive. O mesmo se verifica tantas vezes na vida dos cristãos. Quando temos os sacramentos, mas de maneira que eles não passam de ritos, que não correspondem à experiência íntima que vivemos.

Por isso, embora válidos e lícitos, os sacramentos autênticos só existem quando existe uma profunda correspondência entre o rito exterior e a experiência íntima, vivida pela pessoa. Temos o autêntico sacramento quando dizemos que os sacramen-

tos são os símbolos da experiência cristã.

A experiência da liberdade

Então há sacramento, onde se verifica a experiência cristã. E não há, onde ela não se verifica, por mais que se execute o rito com toda a fidelidade.

E qual é a experiência cristã essencial? Normalmente, diz-se que é o amor: o amor de Deus e o amor a Deus; o amor do próximo e o amor ao próximo. É verdade. Disso testemunham os Evangelhos e todo o Novo Testamento em geral. Mas é preciso cuidado. Porque a experiência ensina-nos que as instituições, incluídas as religiões, costumam manipular o discurso sobre o amor, para o utilizarem em proveito próprio.

Concretamente, costumam dizer que o amor se exprime por meio da obediência. Ou seja, segundo esta interpretação equivocada das instituições, haveria tanto mais amor, quando mais submissão da pessoa. Por outras palavras, haveria tanto mais amor, quanto mais se reprimisse ou se limitasse a liberdade.

Já vimos até que ponto a prática de Jesus foi revolucionária neste ponto. Para Jesus, o amor traduziu-se por liberdade, diante da patologia das instituições, a começar pela religiosa.

Podemos, pois, afirmar que a experiência cristã essencial é a experiência da liberdade libertadora. Aquela liberdade que consiste em não estar preso a nada, nem a ninguém, mas para estar inteiramente disponível para poder fazer o bem aos outros. Quando esta experiência

é vivida e se expressa num determinado gesto simbólico, só então estamos diante do autêntico sacramento cristão. O sacramento, ou é símbolo de liberdade, ou não é sacramento.

Agentes de libertação

Como deveremos celebrar os sacramentos para que eles sejam os grandes agentes da libertação do povo?

A primeira coisa a esclarecer, será ver quem pode participar na celebração. O habitual tem sido participar quem quiser. Porque, tal como são celebrados, os sacramentos não passam de serviços religiosos à disposição do público. Tanto os ricos, quanto os pobres; tanto os exploradores, quanto os explorados; tanto os senhores, quanto os escravos; toda gente, indistintamente, pode participar no sacramento.

Assim, será impossível que os sacramentos cheguem a ser agentes de libertação. Servirão, sim, para sossegar as consciências dos opressores e legitimar a (des)ordem estabelecida.

Termino com a indicação de três meios para que os sacramentos sejam agentes de libertação.

1. A pregação da Palavra que acompanha todo sacramento terá que ser autêntica denúncia profética

- Como celebrar os sacramentos para que sejam sinais de libertação e humanização?
- Como preparar as pessoas para o Batismo, a Eucaristia e o Matrimônio, nessa perspectiva libertadora e humanizadora – menos mágica ou presa a ritualismos legalistas?

"É preciso mudar muito para ser sempre o mesmo". (D. Helder Câmara)

das situações de injustiça e opressão que, com tanta frequência, se verificam nas nossas sociedades. Uma pregação descomprometida e neutra leva fatalmente a uma celebração sacramental que não passa de ópio para o povo.

2. Há que levar a sério o que foi a prática habitual da Igreja, nos sete primeiros séculos: excluir da comunhão os pecadores públicos e escandalosos. Não tanto quando se trata de situações irregulares na vida matrimonial e familiar, mas, sobretudo, quando estão em jogo situações de injustiça e de opressão. A Igreja e os seus ministros terão, neste caso, de amar-se de fortaleza e de liberdade, para agirem em consequência. Assim, tiranos e exploradores não se sentirão legitimados nos seus comportamentos opressores e o sacramento atuará como autêntico agente da libertação.

3. Todo o conjunto da celebração há de estar inspirado pelo projeto da liberdade. Os cânticos, as orações, as ofertas e todo o cerimonial deverão estar unidos pelo projeto libertador para que os crentes saiam de cada celebração com mais inquietação frente às suas grandes ou pequenas escravidões e com mais impulso utópico e profético, para se engajarem e se manterem na grande tarefa de libertação das pessoas e dos povos.

é ilumina as mentes humanas

Ética na Bíblia

Para nós cristãos, é claro que só Jesus Cristo "temos acesso à verdade sobre Deus, sobre o homem, e a possibilidade da vida verdadeira" (João Paulo II, *Discurso inaugural*, DSD, 6.3) e que esse dom Jesus Cristo não violenta nossa verdade, mas, ao contrário, a completa e plenifica. Para compreender a realidade de Jesus Cristo, partimos da Bíblia, que nós cristãos aceitamos como norma de fé e ação. Ela é esta uma experiência religiosa única, em que o povo de Israel e o povo "povo de Deus", a Igreja, sentem-se convocados pela iniciativa de Deus pessoal que os escolhe gratuitamente. Esta experiência da liberdade de Deus gera exigências éticas.

No Antigo Testamento a relação entre Deus e seu povo gera a "moral da Aliança". "Sede santos, porque sou santo" (Lv 11,45; 19,2 etc.). A expressão fundamental dessa moral é o Decálogo (Ex 20,2-17 e Dt 5,21). Ele é fundado sobre a Aliança entre Deus e o povo, que ele libertou do Egito. Exprime as exigências incondicionais e, num certo sentido, mínimas para que o povo permaneça em comunhão com o seu

Deus. Afastar-se do Decálogo seria cessar de ser povo de Deus. Seria a maldição, a desgraça, a recusa da liberdade recebida. Todos os mandamentos, portanto, brotam do primeiro. Porque pertence a Deus, o povo israelita deve rejeitar a idolatria, repousar no sábado, honrar os



Arquivo de Documentos da CNBB nº 50: Ética: Pessoa e Liberdade.

pais, evitar homicídio, adultério, furto, falso depoimento...

É significativo que a fidelidade ao Deus Javé se expresse mais na observância das exigências éticas do Decálogo do que em atos de culto. É o que, de muitas formas, enfatizam os profetas de Israel. (cf. Is 1,10-20; 58, 1-12; Am 5, 21-27; Os 6,6; Mq 6, 5-8 etc.). Eles revelam que Deus tem para seu povo uma missão, que se manifesta sempre mais como universal. Por isso, a conduta ética de Israel – mesmo em assuntos como falsificar os pesos ou deixar de cumprir um rito – assume um alcance extraordinário. Dela depende a salvação ou a ruína de povos inteiros (cf. Am 1, 3 – 2, 16; 8, 4-8). Nunca decisões éticas limitadas e circunscritas foram investidas de tanta responsabilidade. Diante das fraquezas de Israel, os profetas preveem uma “nova Aliança”, em que Deus escreverá sua Lei no próprio coração do povo (Jr 31, 31-34; Ez 36, 22-32), perdoadando todos os pecados dele e renovando seus dons com mais generosidade ainda.

O Novo Testamento descreve a nova Aliança realizada em Jesus de Nazaré, o Cristo ou Messias, especialmente em sua morte e ressurreição. Em Jesus, os discípulos reconhecem a encarnação do Filho de Deus na humanidade e o ápice insuperável da história da salvação. O Novo Testamento atesta, portanto, em primeiro lugar, um acontecimento, um dom de Deus, a maior expressão da sua graça. Cristo é o Evangelho vivo do Pai, portanto, a “boa-nova” da realização da nova Aliança e da nova relação que Deus estabelece com o seu povo. Ela é designada como “Reino” ou “governo”

Os profetas de Israel enfatizam que a fidelidade a Deus se expressa mais na observância de exigências éticas do que em atos de culto.

de Deus, como exercício amoroso de sua sabedoria, como presença fiel e definitiva ao lado do seu povo, nascidos do que sobre as minúcias de detalhes particulares (cf. Mt 23, 23, pessoa de Jesus: “Eu estou convosco todos os dias, até o fim do mundo” (Mt 28,20). É uma promessa feita a todos os que se dispõem a seguir o amor, a Deus e ao próximo, que tendem a se fundir nos e pobres.

O anúncio da aproximação e da multiplicidade das prescrições inauguração do Reino por parte de Jesus comporta, antes de tudo, os rabinos). Em Mt 22, 37-40, o anúncio profético da conversão do primeiro mandamento é tirado de Dt todos os homens a Deus, porque o tempo se cumpriu. É sobretudo proclamação de felicidade para os pobres e oprimidos: “Felizes vós, os pobres... os que tendes fome... os que chorais...” (Lc 6, 20-21). Mas este anúncio se transforma em exigência, mas a entrega ou o amor da ética na “moral das bem-aventuranças”. Feliz é também aquele que ama a Deus o que é de Deus”. escolhe ser pobre, que torna humilde. Característica de Jesus é a rele e confiante em Deus o seu coração atribuída ao segundo mandamento (Mt 5,3). Feliz é aquele que tem fome, “semelhante” ao primeiro: me e sede de justiça (Mt 5, 6). Felizarás o teu próximo como a ti é aquele que não se limita a chorar, mas” (Mt 22, 39). Na formulação mas tem (como Deus!) um coração Lucas, a articulação dos dois misericordioso e pratica as obras de mandamentos é ainda mais clara (cf. misericórdia (cf. Mt 5, 7; Lc 6, 36; Mt 10, 15-28). Em João, o mandamento 25, 31ss). Feliz é aquele que promove se torna um só: “Amai-vos ve a paz e o bem (Mt 5, 9). Feliz é aos outros como eu vos amo” aquele que imita Jesus (Mt. 11, 29). 13, 24). O amor de Deus se ma-

No Reino de Deus já presente, está em Jesus, na sua doação até Lei antiga não é abolida, mas aperfeiçoada (13, 1), que coroa uma vida to-

ada (cf. Mt 5, 17-20). O Decálogo é conservado e radicalizado (cf. 5, 21-48; 19, 16-22; Mc 10, 22). As disposições antigas, que eram concessões à “dureza de coração” são revogadas (Mt 19, 1-9; 10, 1-12). Faz parte dessa busca de perfeição a insistência de Jesus na interiorização da Lei (cf. Mt 23-23), retomando uma exigência dos profetas. Eles colocam o acento

Se o primeiro mandamento (o amor a Deus) era o fundamento de tudo, o segundo (o amor ao próximo) é como a regra prática: o que fazer.

da transcorrida “fazendo o bem” (At 10, 38), curando, perdoando, servindo, manifestando uma inversão radical dos valores e revelando novo rosto do Pai. Jesus se torna o modelo vivente da existência cristã segundo a vontade de Deus. Cristo é a nossa Lei (cf. 1 Cor 9, 21; Rm 10, 4: Gl 2, 19-20, Fl 1, 21).

Se o primeiro mandamento era o fundamento de tudo, o segundo mandamento – o amor ao próximo – é como a regra prática, que indica, em síntese, o que fazer: “Tudo o que desejais que os outros vos façam fazei-o vós mesmos a eles” (cf. a regra áurea de Mt 7, 12). Esta regra já aparecia em Lv 19, 18, mas o “próximo” era tomado em sentido restritivo: o concidadão, o parente, o amigo. Jesus adota a interpretação radical: todo ser humano pode ser o meu próximo; eu posso tornar-me próximo de qualquer um, inclusive do meu inimigo (cf. Lc 10, 29-37; 6, 27-35; Mt 5, 43-48). Confirma-se, assim a universalidade do mandamento de Jesus e a dimensão ética ineliminável de uma existência religiosa, onde a fidelidade a Deus passa pelo amor aos irmãos (cf. também 1 Jo 4, 20; Rm 13, 8-10; 1 Cor 13).

A ética de Jesus revela assim seu radicalismo, que não é utopia irrealizável, mas capacidade de des-

cer às raízes do agir verdadeiramente bom e justo (cf. o *Sermão da Montanha*, particularmente Mt. 5, 20-47). A ética de Jesus tem um caráter dinâmico. Consegue ser fermento que lentamente faz crescer a massa (cf. Mt 13, 33). Tem um caráter libertador, que o apóstolo Paulo ressaltará (cf. Gl 5, 1-13; 1 Cor 7, 22; 2 Cor 3, 17) e que as primeiras gerações cristãs procurarão viver com entusiasmo, apesar do contexto muitas vezes adverso. Conduz até o cristão a se superar, sob o influxo da graça, para optar por uma atitude ainda mais perfeita diante do que já é eticamente bom (cf. Mt 19,12). Ou a praticar renúncias em vista de uma realização em Cristo, na dimensão de vitória da Cruz.

Viver radicalmente a moral do Reino nas condições presentes, ainda marcadas pela presença do mal, que se mistura qual joio ao trigo (cf. Mt 13, 30), exige dos discípulos de Jesus capacidade de discernimento e de opção (cf. Mt 6, 24). O próprio Jesus deu indicações concretas a respeito do tempo atual, em que subsistem instituições deformadas pela injustiça e o pecado. Nelas o cristão deve estar presente, sem ceder à tentação de fuga, de um "êxodo" fora deste mundo (cf. Jo 17, 15). O cristão busca o que a própria sociedade pagã considera bom (Fl 4, 8), mas recusa o que é incompatível com a vontade de Deus, mesmo que isto lhe custe a perseguição e a cruz, a exemplo do Mestre (cf. Mt 10, 16-39; 1 Pd 2, 20; 3, 13-17).

Os apóstolos e discípulos de Jesus desenvolvem o discernimento e a prática de uma ética cristã, em contato com o mundo judaico e com

A comunidade apostólica de Jerusalém pratica o amor fraterno, a predileção pelos pobres, a comunhão de bens, o serviço aos mais necessitados, no respeito à diversidade de culturas.

o helenismo. Paulo vê, no dom do Espírito Santo, o dinamismo que conduz os cristãos a viver "em Cristo" (cf. Rm 6, 3-4; 8, 5-6). O Espírito é a "Lei" nova, que substitui a antiga. Ela está inscrita "não em tábuas de pedra, mas em corações de carne" (2 Cor 3, 3). Ela liberta para uma liberdade que não é libertinagem, mas chamado à solidariedade e ao serviço (cf. Gl 5, 13). O próprio apóstolo dá o exemplo: "Livre como era eu me fiz servo de todos" (1 Cor 9, 19). A comunidade apostólica de Jerusalém pratica o amor fraterno, a predileção pelos pobres, a comunhão de bens, o serviço aos mais necessitados, no respeito da diversidade das culturas (cf. At 2-6).

Sem desprezar as indicações de Deus?

ética do seu tempo, Paulo e os outros autores do Novo Testamento relacionam esses mandamentos entre si? (Mt 22, 37-40).

explicitam ulteriormente as orientações da vida cristã na situação histórica? (At 2-6).

rica concreta: com relação à comunidade eclesial (1 Cor 12; Fl 2, 1-5) Ao contrário: o que revela uma "fé infantil" em muitos cristãos?

Ef 4, 25-32; Cl 3, 12-17); com relação à família e à vida conjugal (1 T 4, 3-4; 1 Cor 7, 1ss; Ef 5, 21-32) Quais são as exigências éticas que a Bíblia propõe a cada um de nós?

com relação aos deveres cívicos e políticos (Rm 13, 1-5; 1 Pd 2, 13-17)

Uma confrontação cuidadosa com "Não quero meios-fios em minhas ruas. Minhas ruas, como minhas esplanadas, não têm margens, como não têm começo nem fim..."

Uma confrontação cuidadosa com

os aparentemente semelhantes judaísmo e do helenismo mostra as orientações cristãs divergem apenas na motivação (religiosa cristológica), mas também em certos conteúdos. Os cristãos não perdem a consciência da incompatibilidade ética entre suas convicções e determinados comportamentos, entre o Evangelho e o mundo, entre as obras do Espírito e as obras da carne (cf. Rm 12, 1-2; Gl 5). Sobre tudo, ante as pretensões totalitárias totalitárias do poder político, identificado com a Besta, movido por um projeto satânico (Ap 13, 1-2), os cristãos se dispõem à resistência até ao martírio.

A moral do Novo Testamento ela, hoje, sua atualidade sob diversos enfoques. Enquanto voltada para uma perspectiva que valoriza integralmente a pessoa em sua solidão com o "próximo" e em sua inserção na história, responde às exigências da ética que hoje se faz necessária. Enquanto concentrada em torno de um forte núcleo inspirado, ela pode renovar-se continuamente, questionando as determinações e aplicações secundárias, ge-

Ler e comentar: Is 1, 10-20 e 58, 1-12 O que é mais importante para

Deus?

Quais os mandamentos com que Jesus sintetiza a antiga Lei? Como se

relacionam esses mandamentos entre si? (Mt 22, 37-40).

Como eram as práticas e o culto, nas primeiras comunidades cristãs? (At

2-6).

Quais seriam as características e as práticas dos cristãos "adultos na fé"?

Ao contrário: o que revela uma "fé infantil" em muitos cristãos?

Quais são as exigências éticas que a Bíblia propõe a cada um de nós?

Os cristãos têm consciência da incompatibilidade ética entre suas convicções e determinados comportamentos, entre o Evangelho e o mundo, entre as obras do Espírito e as da carne.

radadas ao longo da história, no embate com as diferentes situações culturais e sociais, ainda resistentes aos valores evangélicos. Enquanto inspirada não apenas por um ideal utópico, mas sustentada e motivada pela esperança viva do Reino de Deus, manifestado na presença histórica de Jesus Cristo, a ética cristã encontra sempre novo dinamismo na busca de um efetivo reconhecimento da dignidade das pessoas e de sua solidariedade universal, sem exclusão de ninguém. Enquanto interioriza a lei, a ética cristã responde à valorização do sujeito humano e ao mesmo tempo questiona o ser humano e a sociedade acerca das raízes de atitudes e comportamentos.

(D. Helder Câmara)

Tortura: a morte da ética

Quando visitei o Cardeal Arns em São Paulo este ano (1994), ele falou sobre o testemunho único que a Ordem Dominicana deu durante a época da ditadura. É um testemunho do qual toda a Ordem deveria se orgulhar e recordar. Parte desse testemunho foi a vida e morte de Tito. Não conheci Tito bem. A lembrança mais clara que tenho é a de visitá-lo em La Tourette, perto de Lyon, pouco antes de sua morte. Fui com Magno Vilela, que era amigo meu e dele. Lembro-me de sua mansidão e de sua dor.

Era a sua mansidão que o abria ao sofrimento das pessoas, e foi essa mansidão que tornou sua experiência de prisão e de tortura tão indizivelmente terrível. O primeiro desafio que Tito nos oferece é o da mansidão. Será que ousamos viver com sensibilidade? Ousamos ver o sofrimento das pessoas ao nosso redor, até mesmo de nossos irmãos? Será que nos permitimos ser tocados por seu sofrimento? Ou será que temos medo de que aquilo que veríamos, se apenas olhássemos,

Fr. Timothy Radcliffe, O.P.
Mestre da Ordem dos Dominicanos

poderia perturbar nossa paz e levar-nos para onde não queremos ir?

A mansidão de Tito evocava uma mansidão correspondente em seus irmãos. Ele nos ajudou a sermos caridosos, a não ser o mistério do bem, a não ser o mistério do mal. O mistério do mal deveria nos encher de ira. Foi-me dito que em Paris, quando Tito não conseguia dormir por estar cheio de pavor de seus torturadores, os irmãos se revezavam para dormir no chão do seu quarto, para lhe dar segurança, para permitir que ele se livrasse de seus medos e encontrasse o descanso de que precisava e que agora tem. Muitas vezes oferecemos uns aos outros palavras, quando aquilo que é necessário é mais simples, mais tangível, é algo sem o que nenhuma palavra tem qualquer sentido. O vulnerável pode nos tornar vulneráveis. Para mim, essas histórias do carinho dos irmãos em relação a Tito são sinais de imensa esperança, porque sei que isso pode estar lá, para mim e para qualquer um de nós. Quem sabe possa nos dar a coragem de nos arriscarmos a sermos feridos. Não podemos construir um mundo melhor e mais justo, a menos que corramos o risco de sermos machuca-

Tito pode nos dar a fibra para suportá-lo.

E eu fiquei profundamente imbuído com a dor de Tito. Era a primeira vez que me encontrava com alguém que havia sido torturado. Desde então, já me encontrei com muitos. E, como nas vezes subsequentes, senti-me confrontado com o mistério do mal. O que vi era algo que eu não poderia ter imaginado, um ser humano pudesse fazer a um outro. Foi esse mesmo mistério do mal que nos confrontou

imagens de massacres em sua vida, as profundezas do ódio, para além de qualquer relato. Que possível resposta se pode ter para a não ser o mistério do bem, a não ser o mistério do mal. O mistério do mal deveria nos encher de ira. Foi-me dito que em Paris, quando Tito não conseguia dormir por estar cheio de pavor de seus torturadores, os irmãos se revezavam para dormir no chão do seu quarto, para lhe dar segurança, para permitir que ele se livrasse de seus medos e encontrasse o descanso de que precisava e que agora tem. Muitas vezes oferecemos uns aos outros palavras, quando aquilo que é necessário é mais simples, mais tangível, é algo sem o que nenhuma palavra tem qualquer sentido. O vulnerável pode nos tornar vulneráveis. Para mim, essas histórias do carinho dos irmãos em relação a Tito são sinais de imensa esperança, porque sei que isso pode estar lá, para mim e para qualquer um de nós. Quem sabe possa nos dar a coragem de nos arriscarmos a sermos feridos. Não podemos construir um mundo melhor e mais justo, a menos que corramos o risco de sermos machuca-

A morte de Tito poderia ter sido encarada simplesmente como um fracasso, a vitória final dos torturadores. Foi assim também que a morte de Cristo, num instrumento de tortura do primeiro século, pareceu para muitos. Os discípulos, no caminho de Emaús, disseram: "Nós esperávamos que fosse ele quem iria redimir Israel" (Lc. 24, 21). Mas nós, irmãos e irmãs, temos nos recusado a pensar assim, porque acreditamos que Tito partilhou essa

Frei Tito foi preso e torturado barbaramente pela repressão dos anos 70, nunca mais recuperando sua estrutura psicológica destruída pelos torturadores.

crucificação e portanto essa ressurreição. Por isso torna-se para nós um símbolo de esperança, a esperança de que nenhuma das pessoas, que são jogadas no monte de lixo pelos torturadores deste mundo, é perdida e esquecida. Torna-se para nós um símbolo daqueles cuja dignidade reivindicamos, ao vermos Cristo "flagelado e atormentado, esbofetado e crucificado, não uma mas um milhão de vezes", como escreveu nosso irmão Las Casas.

Ele também escreveu: "Deus tem uma memória muito clara e viva daqueles que são os mais pequenos e os mais esquecidos". Somos chamados a ser a memória de Deus, mantendo viva a imagem daqueles que o mundo jogaria fora, como inúteis. Lembramos nosso irmão Tito com orgulho e honra, e com ele recordamos todos os milhões de pessoas que morrem sem nome e sem registro, mas de quem Deus não se esquece e em quem encontra sua alegria.

A peste

Equipe de Redação

O desemprego é a peste gerada pelo modelo econômico que se impôs como vencedor da guerra fria. O estudo que a OCDE acaba de divulgar revela que há 35 milhões de desempregados nos 24 países da Europa, além de mais uns 15 milhões de pessoas que renunciaram à busca de trabalho ou sobrevivem na economia informal. O estudo elege este como o mais temível fenômeno deste fim de século, porque não existem perspectivas de reversão deste quadro perverso.

Na última conferência de cúpula dos sete países mais ricos, em Detroit, no mês passado, o desemprego acabou sendo o único tema. É o que mais assusta igualmente europeus, norte-americanos e japoneses. Os sete países contabilizam 20 milhões de desempregados.

Recentemente pudemos conviver com algumas famílias em países ricos da Europa e constatamos a onipresença dessa peste. Toda conversa doméstica de fim de noite termina com graves reflexões sobre o desemprego. O que mais assusta é perceberem que não há qualquer perspectiva de solução. Ao contrário. A peste se espalha, o seguro-desemprego explode as reservas da seguridade social, a progressiva automação segue dispensando mão-de-obra, a recessão se agrava e os

estudiosos já publicam prognósticos alarmantes: 60% dos atuais desempregados nesses países do norte jamais voltarão a encontrar trabalho até o fim de suas vidas.

A violência, o recrudescimento do racismo, as ações terroristas contra imigrantes e até o ressurgimento macabro do nazismo são algumas das conseqüências dessa peste, ao lado da miséria explícita dos catadores de restos de comida em lanchonetes, do crescimento da prostituição e do consumo de drogas.

Ora, o desemprego e suas tristes conseqüências são o resultado lógico de um modelo econômico e social que pretenciosamente se proclamou como o "fim da história", a utopia realizada. É um modelo necessariamente excludente, de abastança e fastígio de minorias à custa da miséria de muitos, com a cumplicidade acomodada das classes médias que só agora se sentem ameaçadas pelo fantasma do desemprego institucionalizado e irremediável.

O Brasil tem-se deixado fascinar por esse modelo e persegue uma inserção a qualquer preço nessa teia global. Copiam-se as políticas econômicas, as tecnologias, as práticas comerciais, os modelos empresariais e os perfis dos aparelhos governamentais. São seguidas religiosamente as receitas que geraram e alimen-

am a peste da recessão e do desemprego. Na Grande São Paulo, o termômetro do Brasil, já são mais de 2 milhão de desempregados. No Brasil, os números são imprecisos e, revelados, certamente provocam pânico. Mas já chegamos à mesma aflição: não há quem não tenha um parente, amigo ou vizinho desempregado ou na economia informal. A violência, a marginalidade, contravenção, a prostituição e outras formas desesperadas de sobrevivência tomam conta das cidades, disputando espaços com camelôs e mendigos.

A diferença entre a nossa situação social e a dos países ricos é que Brasil ainda tem chances de escolher caminhos diferentes, adotar modelo próprio de desenvolvimento, construir uma sociedade mais solidária e menos competitiva, renunciar conquistas tecnológicas fascinantes mas enganosas, geradoras de desemprego e desumanização.

Talvez o desemprego devesse ser o marco referencial para essas opções, pela análise das suas conseqüências nos países que temos tomado como modelos para o nosso futuro. Se esse for o marco adotado, todos os planos de governo dos candidatos em campanha, todas as políticas e programas econômicos e

Todas as propostas políticas deveriam ser confrontadas com a questão-chave: geram emprego ou agravam o desemprego?

sociais deveriam ser confrontados com a questão-chave: geram emprego ou agravam o desemprego?

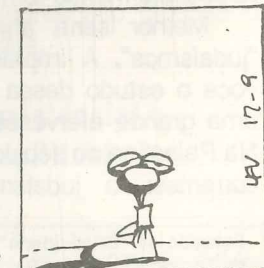
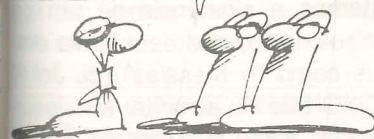
Poderíamos absolutizar sem medo esse instrumento de avaliação: tudo que gera mais emprego honesto é intrinsecamente bom. A miséria e a fome são socorridas pela generosidade e partilha, mas somente resolvidas pelo emprego, que gera mais consumo de bens essenciais e reaquece a economia, recompõe a auto-estima e humaniza, muda a cara de uma nação.

É claro que o modelo neo-liberal e a fanática idolatria do mercado jamais caminharão nessa direção. Há que buscar formas inovadoras que parecerão heréticas para os adoradores daqueles deuses. A peste do desemprego nos países ricos do norte é a chave para desmistificar o fascínio que suas civilizações de consumo ainda exercem sobre o nosso povo.

(S. & H.A.)

AS COBRAS

VEJA, ZÉ, EM RECONHECIMENTO POR TANTOS ANOS DE SACRIFÍCIO APERTEANDO O CINTO, VOCÊ RECEBERÁ...



VERISSIMO

17-9

Espiritualidade e ética

Ana Maria Tepedino
Professora do Departamento de
Teologia da PUC-Rio

Os especialistas sustentam que é impossível entender um texto, fruto da história de um grupo humano, sem tentar detectar o contexto (meio histórico, geográfico, cultural) no qual foi escrito.

Com relação ao Quarto Evangelho (Q.E.), objeto do nosso estudo, os dados históricos de fontes externas são muito poucos. Por isso, temos que buscar no próprio texto a vida que está subjacente!

Os estudos de crítica literária, assim como os estudos de sociologia do N.T., nos ajudaram bastante a clarificar o "pano de fundo" da teologia joanina. Descobre-se uma comunidade viva, que, no seguimento de Jesus, foi realizando uma trajetória tanto existencial como espiritual.

De modo geral, a maioria dos autores sustenta que o judaísmo palestinese do século I da era cristã possuía muitas formas diferentes.

Melhor seria afirmar que são "judaísmos". A impressão que provoca o estudo dessa época é o de uma grande efervescência religiosa. Na Palestina do século I havia várias correntes: o judaísmo ligado ao

Templo, os fariseus nas sinagogas, as diversas comunidades cristãs nascentes, as correntes de sincretismo oriental, as religiões de mistério, o judaísmo heterodoxo (os essênios e os helenistas), o movimento farisaico, preocupadas com a batista, o sincretismo judeu e as correntes gnósticas. Todas essas correntes concorriam entre si.

Breve histórico da comunidade

O cristianismo primitivo organizou-se através de pequenas comunidades, que se reuniam nas casas das famílias para rezar juntos, celebrar a Eucaristia, atender aos necessitados, colocar em comum a memória que tinham de Jesus, manterem-se fiéis à sua doutrina através das pregações realizadas pelos apóstolos (cf. At 2, 42-44). A comunidade joanina também iniciou sua vida como grupo cristão a partir dessas homilias.

Nessa época, que constitui o período primitivo da comunidade, constatamos a existência de um grupo judeu-cristão, que acreditava em Jesus como "o Messias" (cf. Jo 1,35-50). O fato de acreditar em Jesus de Nazaré como o "Messias" começou

criar problemas para esse grupo, embora cristão, ainda permanecia fiel ao judaísmo, participando do culto na sinagoga.

O judaísmo dessa época (aproximadamente entre 70 e 80 d.C.) vivia uma situação especial: tentava consolidar sua unidade nacional (social e religiosa), depois da queda de Jerusalém e da destruição do Templo em 70 d.C. Por isso, esses judeus, especialmente representados pelo grupo de fariseus, que mantinham as sinagogas, entravam em polêmica com qualquer grupo que pensasse diferente. Ainda mais que o grupo joanino parece que começava a fazer muito sucesso (cf. Jo 2, 11; 4, 53; 6, 14). As autoridades farisaicas, preocupadas com a ortodoxia religiosa, depois de um período de discussões, acabam por expulsar esse grupo.

A "expulsão da sinagoga" inicia um novo período na comunidade e tem consequências psicológicas, sociais, teológicas e econômicas. Para poder superar o trauma e animar, fortalecer e encorajar a comunidade a continuar fiel ao seguimento de Jesus, foi escrito, nessa época, o evangelho.

Outros grupos parecem ter entrado na comunidade nesse período: os "helenistas" (judeus que criticavam o Templo, cf. At 8, 1ss), os samaritanos (cf. Jo 4, 42) e outros gentios.

Esses estrangeiros foram bem acolhidos pela comunidade joanina, mas fizeram com que ela começasse a ser perseguida e, inclusive, alguns membros chegaram a ser mortos (cf. Jo 16, 2).

Quanto mais a comunidade joanina é perseguida, mais gloriosa-

As comunidades cristãs se reuniam nas casas para rezar, celebrar a Eucaristia, atender aos necessitados e colocar em comum a memória de Jesus e sua doutrina.

mente vai interpretando a Jesus de Nazaré. Para isso, utiliza vários títulos honoríficos. Passa de Messias a Profeta, a Filho do Homem. Cada um desses títulos possuía um conteúdo compreensivo e comunicativo naquela época.

Esses problemas externos e a luta para superá-los deram coesão ao grupo. No entanto, quando a situação começa a ficar mais calma, aparecem desavenças internas na comunidade, que caracterizam o período tardio da sua história. Os novos membros que não haviam participado desde o princípio das experiências e sofrimentos vividos pela comunidade, começam a interpretar a Jesus de modo unilateral, enfatizando a sua divindade e desvalorizando sua vida terrena. Para o cristianismo, a vida e morte de Jesus são salvíficas e nenhuma pode ter seu valor diminuído. Na busca de enfrentar esse problema, são escritas as Cartas, que têm como objetivo articular corretamente a vida terrena e a compreensão gloriosa de Jesus de Nazaré.

Trajetória existencial e trajetória espiritual

A trajetória existencial da comunidade joanina, isto é, tensões e dis-

cussões com os fariseus, luta com a sinagoga, perseguições e, finalmente, as divisões internas, reflete-se, como veremos, na maneira de viver e professar a fé. Portanto, a trajetória existencial condiciona a trajetória espiritual e nos possibilita entender que o fundamental para esse grupo era seu amor por Jesus, sua fé e confissão, vividas num contexto de polêmica.

O Q.E. realiza uma fusão de horizontes: o da vida de Jesus e o da vida da comunidade, que se fundem num terceiro, que aparece no texto do evangelho. Essa operação hermenêutica opera uma interpretação de etapas de tal maneira articulada que se torna quase impossível uma adequada distinção entre Jesus e a comunidade. Esse texto oferece uma compreensão crente da realidade de Jesus, na qual se explicita o Jesus confessado e a comunidade confessante.

Os estudos sobre a história da comunidade joanina nos ajudam a entender a articulação que a comunidade ia realizando entre a experiência pela qual passava e a sua maneira de compreender Jesus Cristo, isto é, entre sua trajetória existencial e sua trajetória espiritual.

Cristologia

Através dessa dupla trajetória (existencial e espiritual), a comunidade vai explicitando sua fé em Jesus, através de uma progressão de títulos cristológicos.

A grande questão que o Q.E. busca responder é a pergunta "Quem é Jesus?". Deixando de lado as formulações dos evangelhos sinó-

As situações vividas pela comunidade de João, nas discussões com os fariseus, luta com a sinagoga, perseguições e divisões, refletem-se no modo de viver a fé.

ticos, a comunidade joanina vai elaborar uma resposta própria, fruto de sua experiência pessoal de Jesus e das circunstâncias e conflitos que teve que viver. Os especialistas que trabalham hoje a questão histórica subjacente ao Q.E. provam que a identidade de Jesus foi elaborada em polêmica com o meio circundante.

Parece que a pergunta "Quem é Jesus? Será ele o Messias?" era o debate no qual a comunidade era colocada em confronto com a sinagoga. A expulsão da sinagoga, realizada pelas autoridades farisaicas, parece ser um trauma, que, além de tornar a comunidade marginal, do ponto de vista social, cultural e econômico, ainda fez com que fosse questionada na sua tradição de fé, o que trouxe como consequência uma crise de identidade. Para sobreviver enquanto grupo e não perder sua maneira própria de ser, assim como para não desanimar em sua caminhada no seguimento de Jesus, a comunidade é forçada a repensar sua fé e sua maneira de compreender "Aquele Homem" (cf. Jo 9, 11). Em consequência, esse grupo começa a buscar uma interpretação madura de sua expressão e essa busca levou-o a novas formulações cristológicas. Pode-se sugerir um reforço entre Cristologia e expe-



As comunidades cristãs têm sua trajetória espiritual condicionada pelos acontecimentos existenciais, como o da sua expulsão da sinagoga pelos fariseus.

riência social. Isso significa que há uma compreensão de Jesus, que provoca uma determinada experiência social negativa, e, por isso, o repensar dessa compreensão e chegar a uma nova explicação. Por sua vez, esta provoca outra reação, e o faz aprofundar mais e, assim, sucessivamente.

Num esquema gráfico, poderíamos apresentar assim:



Esse quadro nos revela que a pergunta pela identidade de Jesus não era absolutamente teórica ou abstrata, mas possuía uma significação prática e imediata para a vida das pessoas e para a sobrevivência do grupo.

Inúmeras vezes, no decorrer do evangelho, o autor coloca na boca de pessoas afirmações progressivas para responder à pergunta pela iden-

O judaísmo é uma religião monoteísta.

Por isso, perseguia quem lhe parecia adorar dois deuses (ditelismo).

tidade de Jesus. Com isso, parece querer nos demonstrar o processo que a comunidade viveu, para tentar compreender "Aquele Homem".

O capítulo nono do Q.E. ajuda a perceber o processo: o cego de nascença experimenta o amor transformador de Deus em Jesus, que o faz ver, isto é, ultrapassar seu problema/sofrimento físico e, a partir daí, reconhecer que esse homem chamado Jesus (cf. Jo 9, 11) veio de Deus (v. 33), pois no interrogatório que lhe fazem os fariseus progride na sua compreensão e reconhece e proclama Jesus como Profeta (v. 176). Assim, com uma coragem espantosa, ousa questionar e ironizar as autoridades (cf. v. 11. 15. 17. 24-33), que, furiosas diante dessa insolência, acabam expulsando-o da sinagoga.

Essa trajetória fez com que a comunidade aprofundasse a fé e chegasse a um novo título, o Filho do Homem, como se lê no texto: "Jesus ouviu dizer que o haviam expulsado. Encontrando-o, disse-lhe: 'Crês no Filho do Homem?' Respondeu ele: 'Quem é Senhor, para que eu nele creia?' Jesus lhe disse: 'Tu o estás vendo, é quem fala contigo!' Exclamou ele: 'Creio Senhor!' e prostrou-se diante dele" (v. 35-38).

Esses versos nos revelam a verdadeira fé joanina, que é penetrar no mistério de Jesus e adorá-lo, atitude que é devida a Deus.

O cego de nascença é apresentado como símbolo do cristão joanino. Ele, o oposto de quem tinha poder na sociedade, que era doente e por isso considerado pecador (cf. v. 34: "Tu nasceste todo no pecado e nos ensinas?"), ignorante da lei (cf. v. 49), simboliza a coragem que teve

"Como faces de uma mesma moeda, crer e amar devem estar articulados. Só há crer quando existe amar e vice-versa"

a comunidade (pequena e periférica de enfrentar a sinagoga, a fim de afirmar sua maneira radical de compreender Jesus de Nazaré e o Deus que através dele se revela.

No cego curado se expressa a glória de Deus, isto é, a transformação que Deus opera nele por não poder suportar o sofrimento de suas criaturas, especialmente os mais desvalidos.

A história do cego é a história da comunidade e da sua saída. Percebemos, então, que no processo de compreensão de quem é Jesus, **quanto mais perseguida é a comunidade, mais gloriosa vai tornando sua cristologia, até que viram Jesus viver e morrer** (cf. Jo 20, 28).

Na verdade, para aqueles que haviam convivido com ele, não havia necessidade de enfatizar a humanidade; então, sua humanidade se tornou um problema para alguns cristãos.

O autor escreve a Carta para explicar o verdadeiro sentido da cristologia do evangelho: o Jesus chama a atenção para o fato de que se encarna é o Cristo da glória que, pouco depois de os textos terem sido escritos, as problemáticas e desafios que os suscitaram se tornaram diferentes e parece que foram parcialmente esquecidos.

No entanto, alguns especialistas chamam a atenção para o fato de que, pouco depois de os textos terem sido escritos, as problemáticas e desafios que os suscitaram se tornaram diferentes e parece que foram parcialmente esquecidos.

Pouco tempo mais tarde, dentro da comunidade, um grupo começou a encarar de maneira unilateral a

ndade de Jesus. Essa é a problemática que subjaz à Primeira Carta de João, que estudaremos a seguir.

crer e amar

Continuando dentro do marco histórico da comunidade joanina, vamos dar mais um passo nas trajetórias existencial e espiritual, ao considerarmos outro momento: o da **crise interna**, revelado na Primeira Carta de João. Essa situação parece ter ocorrido devido às concepções cristológicas diversas, em consequência de interpretações distintas do Q.E. e que terão implicações práticas, pois provocam posturas éticas diferentes.

Diante dessa situação, o autor da Primeira Carta de João vai elaborar uma posição que se baseia na memória da história de Jesus e da prática redentora/libertadora, **assinalamos anteriormente, que viram Jesus viver e morrer** (cf. Jo 20, 28).

Na verdade, para aqueles que haviam convivido com ele, não havia necessidade de enfatizar a humanidade; então, sua humanidade se tornou um problema para alguns cristãos.

O autor escreve a Carta para explicar o verdadeiro sentido da cristologia do evangelho: o Jesus chama a atenção para o fato de que se encarna é o Cristo da glória que, pouco depois de os textos terem sido escritos, as problemáticas e desafios que os suscitaram se tornaram diferentes e parece que foram parcialmente esquecidos.

No entanto, alguns especialistas chamam a atenção para o fato de que, pouco depois de os textos terem sido escritos, as problemáticas e desafios que os suscitaram se tornaram diferentes e parece que foram parcialmente esquecidos.

Pouco tempo mais tarde, dentro da comunidade, um grupo começou a encarar de maneira unilateral a

Quem crê em Jesus deve viver em solidariedade com os irmãos, segundo o mandamento do amor mútuo.

Esse escrito (1 João), que muitas vezes é considerado um verdadeiro comentário do evangelho, buscando esclarecê-lo, vai demonstrar a **força da ética (amar) no evangelho da espiritualidade (crer)**. Esta é a síntese do ser cristão: "crer em nome do Filho Jesus Cristo e amar-vos uns aos outros" (1 Jo 3, 23). O crer correto deve transbordar no amor mútuo.

O texto de 1 João é um documento que revela uma polêmica dentro da comunidade, entre um grupo, o do autor, e um outro, que está se desviando da verdadeira doutrina, contra o qual o autor polemiza. Parece que uma parte da comunidade está esquecendo o papel salvífico e mediador da vida e morte de Jesus Cristo.

Segundo o autor da epístola, os adversários alegam que possuem comunicação direta com Deus e que não têm pecado. Essa atitude não leva em consideração a vida e morte de Jesus, como único caminho que possuímos para chegar a Deus (cf. Jo 1,8). Por isso, vai ser enfatizada a expressão **permanecer em Jesus** (1 Jo 2, 27c), na sua palavra (1 Jo 2, 5), no seu mandamento (1 Jo 3, 22) como meio de chegar a Deus.

Permanecer no amor significa acolher o convite do dom de amor do Pai, que é oferecido através da

vida e morte de Jesus Cristo, o Filho.

A fundamental exigência para permanecer no amor de Jesus é o **amor mútuo dos discípulos**. A espiritualidade verdadeira se torna visível através da **ética comunitária e solidária**. Os discípulos demonstram que amam o Pai e Jesus, amando-se entre si (cf. Jo 15, 4). "Deus é Amor. Quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus nele" (1 Jo 4, 8, 16).

Essa prática do amor mútuo, da comunhão entre os membros da comunidade (cf. 1 Jo 1, 7), parece que estava falhando (cf. 1 Jo 3, 17; 4, 20). Daí a insistência sobre a necessidade do "amor mútuo".

A insistência sobre esse ponto nos leva a perceber que a maneira de entender e crer em Jesus tem conseqüências práticas, éticas. Uma fé espiritualista em Jesus (isto é, somente na divindade) não tem uma tradução palpável no comportamento das pessoas. Ao passo que uma fé na vida concreta de Jesus nos leva, necessariamente, a um compromisso amoroso e solidário com os irmãos, até à doação da própria vida. Pois "tendo Jesus amado os seus, amou-os até ao fim" (Jo 13, 1).

Crer e Amar são as duas faces da mesma moeda e as duas palavras se intercambiam. Devem estar tão fortemente articuladas, que só existe o crer quando existe o amor e vice-versa. Para exemplificar, o autor afirma que "sabemos que passamos da morte à vida porque amamos aos irmãos" (1 Jo 3, 14) ou porque "guardamos a sua palavra e o seu mandamento" (1 Jo 2, 5). Diante de uma situação de divisão, o autor acentua o amor como única maneira

A espiritualidade verdadeira se torna visível através da **ética comunitária e solidária**.

de demonstrar a fé em Deus através de Jesus Cristo. O amor é entendido não como algo sentimental, mas como relação mútua entre pessoas unidas pela força da palavra de Deus. No A.T., para corresponder ao amor gratuito de Deus (Héseo), a pessoa deveria praticar a justiça e o direito (Mishpat e Sedaquah). Portanto, nada mais contrário à mensagem do autor do que interpretar a Carta como uma espiritualização do amor. Justamente, ele luta contra uma concepção espiritualizada quando afirma: "Se alguém diz que ama a Deus mas não ama o irmão, como pode amar a Deus a quem não vêem?" (1 Jo 4, 20).

"... que nosso amor não seja de frases e palavras, senão de obras que são fruto da verdade" (1 Jo, 3, 18).

"... se um homem tem vida real, solvida neste mundo e contempla, sem entranhas seu irmão que passa necessidade, como é possível que habite em seu coração o amor de Deus?" (1 Jo 3, 17).

Portanto, não se trata de uma teorização sobre o amor, mas de uma maneira de concretizá-lo na prática, através do exemplo que foi a vida concreta, terrena, de Jesus de Nazaré, e seu modo de amar e solidarizar-se.

Esse é o critério do comportamento ético: "andar como ele (Jesus) andou" (1 Jo 2, 7), "amar como ele amou" (1 Jo 3, 16) "ser justo como ele foi justo" (1 Jo 3, 17).

Jesus viveu praticando o bem (At 10, 38), realizando "boas obras", sempre em atitude de amor e solidariedade com os/as mais sofredores/as e marginalizados/as. Essa foi reveladora da realidade mais profunda de Deus, que é amar as criaturas e o mundo e, através desse amor, nos tornar participantes no plano de amor, fonte e inspiração para a nossa maneira concreta de amar.

conclusão

Essa rápida abordagem tem como objetivo demonstrar que é impossível crer em Jesus e, através dele, crer no Pai, sem amar os irmãos, sem se solidarizar com as pessoas que sofrem e passam necessidade, sem praticar o amor e a justiça, sem dar vida e dar a vida ao Jesus de Deus. Crer e Amar são as duas faces da mesma moeda. Crer e Amar. Dessa forma, a Carta articula duas realidades aparentemente distintas, a espiritualidade e a ética, como vimos, são complementares. A experiência de Deus gera em

Lutar pelo bem das pessoas e por uma condição digna de vida para todos é a maneira de tornar Deus visível no mundo.

nós o amor fraterno. Para viver a espiritualidade e ter comunhão com Deus, temos que lutar para que haja vida, luz, justiça e amor no mundo. Portanto, nada de espiritualização e, sim, realidades bem concretas.

Para vivermos a fé como discípulos/as de Jesus, devemos amarnos uns aos outros como ele nos amou. E amar não é, para os escritos joaninos, algo piegas e sentimental, mas algo que empenha toda a vida. Seguir Jesus é realizar hoje suas opções. Seguir seus passos dentro das coordenadas do nosso tempo. Não adiantam belos discursos, devemos amar por ações e em verdade (cf. 1 Jo 3, 18).

Lutar pelo bem das pessoas, por uma condição de vida digna para todas, é a maneira de expressar nossa união com Deus e a maneira de visibilizar Deus no mundo. A fé e o amor devem nos comprometer e engajar na luta pelo bem comum.

Como se traduz, na prática, o seguimento de Jesus, em nossos dias?

Como o fazemos?

Como vivenciar de uma forma mais efetiva o mandamento do amor, nas diversas situações de nossas vidas?

"Ao carro empacado, bastou um pequeno empurrão de um carro amigo. Mas cansadas e vencidas, basta por vezes ainda menos" (D. Helder Câmara)

A responsabilidade da Igreja

A Igreja sente-se responsável, perante Deus, não somente por anunciar a mensagem evangélica, mensagem de graça e esperança, mas também por indicar princípios e normas morais, tanto no plano individual quanto na ordem social, na medida em que os considera necessários à salvação que anuncia e ligados a direitos fundamentais das pessoas.

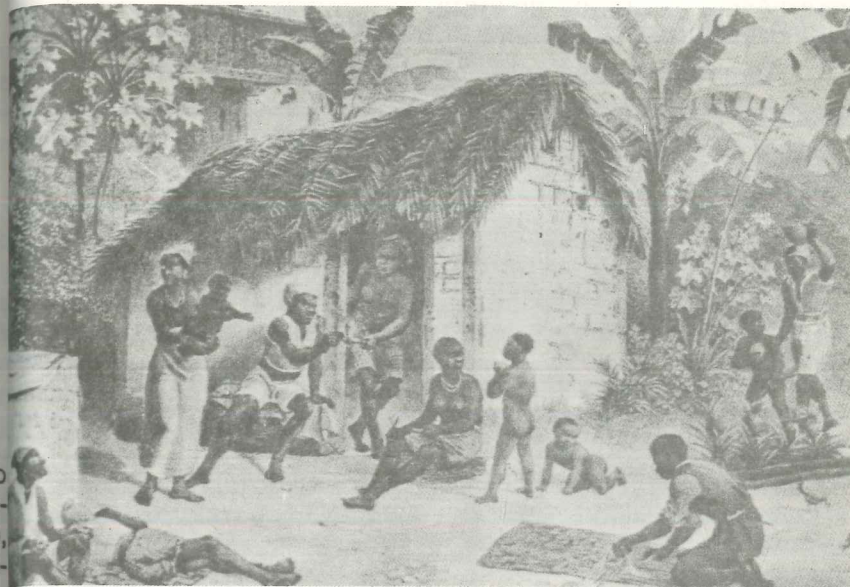
Na sociedade brasileira, nas últimas décadas, o Episcopado tem-se esforçado especialmente para expressar as "exigências cristãs de uma ordem política" e as "exigências éticas da ordem democrática". Em geral, seu ensinamento e sua atuação parecem contar com a aprovação e a confiança de grande maioria dos brasileiros, o que torna ainda maior a nossa responsabilidade perante a questão ética.

Na sua história, porém, a Igreja faz também experiência da "distância que separa a mensagem que ela revela e a fraqueza humana daqueles aos quais o Evangelho é con-

fiado" (*Gaudium et Spes*, 43, par 6).

A recente Conferência Geral do Episcopado latino-americano, realizada em Santo Domingo (1992), constatava a "realidade de um Continente no qual se dá um divórcio entre fé e vida ao ponto de produzir clamorosas situações de injustiça, desigualdade social e violência" (*Conclusões*, 24). Muitos se perguntam por que um Continente, que se diz cristão, apresenta situações de desigualdade entre as mais extremas e trágicas do mundo. A resposta envolve, sem dúvida, dados históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Mas é preciso reconhecer também o "divórcio entre fé e vida". Uma das causas desse divórcio está na separação que se criou, até hoje, entre leigos e clero, ficando esse último com a responsabilidade da reflexão teológica e ética, enquanto o povo cristão se alimentava mais de devoções do que de uma espiritualidade de atuação cristã na família, na profissão, na economia política, na cultura...

Essa situação nos impõe, hoje, uma revisão de atitudes do passado e a criação de novas atitudes, como por exemplo:



Alguns aspectos da moral tradicional foram usados até mesmo para justificar a escravidão, o racismo e as desigualdades sociais.

- a superação da distância entre clérigos e leigos, hierarquia e poder, intensificando a comunicação e o intercâmbio, fazendo participar ativamente os cristãos, engajados nas realidades terrestres", da elaboração de orientações éticas adequadas à sociedade presente e futura;
- a revisão de alguns aspectos da moral tradicional, que foram utilizados para justificar a escravidão, o machismo, a desigualdade social, a violência, e hoje exercem influência negativa na avaliação do homem, da sexualidade, da dignidade

da mulher, da dúvida da sociedade para com os discriminados de ontem e de hoje;

- a revisão de uma moral individualista, demasiadamente centrada nas questões pessoais ou privadas, em detrimento de uma ética social e política, que se torne alma de uma atuação corajosa e lúcida dos cristãos na edificação da sociedade e da cultura;

- a busca sempre renovada dos ideais e valores evangélicos, para não se deixar subjugar pelo sistema econômico e político.

Como se tem caracterizado a moral individualista, predominante no passado e ainda presente em muitas manifestações da Igreja? Quais as suas consequências?

Quais seriam os aspectos da moral tradicional a serem revistos para que se produzam orientações éticas mais adequadas à sociedade presente e futura?

Surpresa e alegria

José e Beatriz Reis
Presidentes do IBRAF

Tomamos conhecimento, através de uma separata do Boletim do Celam – (março 1994 – nº 259) Seção de Pastoral Familiar – SEPAF – Paternidade Responsável – de que os pontos que sempre orientaram nossas reflexões, muitas delas publicadas nesta revista, desde os primeiros números, aparecem agora, publicados pela Conferência Episcopal Latino Americana.

Não estamos enfatizando aqui a procedência de nossas reflexões – longe disto! – mas a alegria que sentimos ao constatar que, mesmo separados pelo espaço e pelo tempo, mesmo possuindo dons e carismas diferentes, mesmo trilhando caminhos diversos, laicato e hierarquia podem encontrar-se.

Descobrimos maravilhados, mais uma vez, a ação sempre presente do Espírito Santo que, como diz João em seu Evangelho, sopra

onde e como quer, e nunca podemos saber de onde vem e para onde vai.

É baseados nessa reflexão do Celam que elaboramos esse artigo que agora lhes apresentamos. Claro que a publicação do Celam é muito mais ampla e mais rica, abrange perspectivas e assuntos que, nessa nossa reflexão, não aparecem na alçada de mira. Limitamo-nos ao assunto que, para este número da revista, nos pareceu mais candente, mais oportuno, mais necessário, mais desafiador. Citamos várias partes do documento fonte, resumimos e complementamos outros. E oferecemos a vocês, com toda humildade, o que nele descobrimos, convidando-os a se alegrarem conosco, dando, ao mesmo tempo, graças ao Senhor que reparte seus dons como quer, fazendo todos eles convergirem, em sua diversidade, à construção de seu projeto de amor e salvação.

Alçando vôo

Estatísticas demonstram a existência de mudanças importantes e profundas na fundamentação ética, nos valores axiológicos e, por consequência, na própria moral. Essas mudanças se refletem nas relações intra e extra familiares e sociais, nas atividades e papéis sexuais, nas características e permanência da conjugabilidade, nas fontes laborais, na paternidade, nas políticas demográficas.

Esses fatos, facilmente verificáveis, são entrelaçados e interdependentes, numa relação de causa e efeito. Para que possamos compreender essa relação de interdependência, de causalidade e efeito existente entre a dinâmica social e familiar, para que possamos compreender a crise em que hoje se encontra a estrutura familiar vigente, temos que tomar consciência das etapas guiadas pela evolução histórica acontecida através dos tempos. Podemos resumir essa evolução considerando-a em três etapas: etapa agrícola, revolução industrial, era informática.

Existe, na etapa agrícola, uma economia de subsistência condicionando uma organização social que levava a uma aproximação da terra e uma aproximação necessária ao sustento diário.

Para responder a essa necessidade surgiu o tipo de família extensa e usava seu grande número de braços no trabalho da lavoura.

Esse tipo de família, cada vez mais raro hoje, permanece atual em algumas comunidades indígenas.

A revolução industrial mudou to-

Mudanças na fundamentação ética se refletem nas relações sociais e familiares, nos papéis sexuais, no casamento e na paternidade.

do o eixo da vida social estabelecendo padrões ou parâmetros capazes de favorecer as estruturas necessárias à expansão e permanência do sistema capitalista. Esse sistema exige produção em massa, critérios de intercâmbio com políticas sociais afins, criação de indústrias nacionais e multi-nacionais, respaldando-se e estimulando-se mutuamente, bem como bancos nacionais e transnacionais para administrar o capital daí resultante. Supõe ainda o sistema capitalista a criação da figura do consumidor, a criação de padrões estandarizados, de produção em larga escala, de pautas uniformes para todos os demais aspectos da vida social.

Surge, como consequência, o fenômeno da urbanização, compreendida como concentração crescente da população, como reunião dos produtores-consumidores em um único local – o que os torna estreitamente dependentes. Criaram-se, ao mesmo tempo, meios massivos de comunicação social, compostos de um emissor capaz de influenciar e mesmo orientar milhares de receptores, sempre passivos, destinados a fomentar o aumento do consumo, respondendo assim às exigências de sustentação das indústrias.

Nova visão panorâmica

Surgiu então, como resposta às necessidades criadas pela revolução industrial, a concepção e promoção de uma diferente estrutura familiar, difundida pelos meios de comunicação então existentes, em resposta à delimitação dos novos padrões básicos do comportamento, nas áreas social, individual e familiar.

Considerada como célula da sociedade, a família tornava-se garantia de sua estabilidade. Era construída e mantida como base desse novo tipo de sociedade que aos poucos se formava, garantindo a permanência da era industrial, eixo em torno do qual tudo principiou a girar.

Tudo isto nos leva a compreender que jamais poderemos falar de um protótipo de estrutura familiar. As evoluções históricas geram crises que abrem caminhos a novas e variadas formas de estruturas familiares, como respostas às expectativas da sociedade, dos indivíduos que a compõem e dos compromissos e esperanças dos grupos familiares.

Com a rapidez e profundidade da evolução moderna, a diversidade dos tipos existentes de famílias é tão ampla que é quase impossível delimitá-la. Novas estruturas destroem, de certo modo, tipos de relacionamento e de papéis anteriormente vigentes.

Cada nova estrutura (...) exige seu próprio pacote de papéis e rede de intercâmbios apropriados. O novo papel da mulher exigindo capacitação em áreas antes reservadas apenas aos homens, levaram-na a exigir seus direitos, a questionar posição

Mudam os papéis na família: a mulher passa a planejar o número de filhos e separar o prazer sexual da procriação.

namentos anteriores, a tomar decisões, assumindo papel social mais significativo.

Surge, em consequência, modificação ostensiva no relacionamento e nos papéis assumidos pelo grupo familiar: a mulher passa a planejar o número de filhos de acordo com as exigências de seu novo papel social, a limitação do número de filhos gera novo tipo de conduta dentro do grupo familiar. E, ao mesmo tempo, assume a mulher uma participação mais ativa em sua vida sexual, reivindicando o direito à plena satisfação do prazer, considerado de modo independente da procriação. Nasce daí o processo da identificação dos sexos. Então já não podemos falar de virtudes ou comportamentos exclusiva e fundamentalmente femininos ou masculinos, e surge o homem capaz de participar dos trabalhos domésticos, da educação dos filhos, desenvolvendo suas capacidades de ternura, paciência, disponibilidade, serviço e delicadeza.

Os filhos, nascidos nessa época, devem assumir às vezes o papel de "pais de si mesmos", devem aprender a realizar tarefas domésticas, a tomar grandes e pequenas decisões, a responsabilizar-se por si mesmos.

"A responsabilidade que devem assumir ao tomar essas decisões os



mulher se capacita para atividades antes reservadas apenas aos homens, conquistando direitos negados no passado.

z crescer muito mais rapidamente e o menino de épocas anteriores, sendo desafiado a assumir papéis adultos, sendo muitas vezes colocados em igualdade de condição com os adultos."

Então, como acontece com a mulher "atrevem-se a questionar e a desafiar seus pais, a colocar em tela o juízo sua honestidade como ornadores da sociedade, começam a reger suas vidas por suas próprias regras, a partir de seus próprios valores. Sentem-se autorizados a buscar, em outros lugares, a companhia que necessitam e não obtêm de seus pais, a formar seus próprios círculos sociais, apressando-se a iniciar experiências sexuais de adultos, que se sentem adultos, sem lhes importar ter ou não ter obtido suces-

Aterrizando...

"Aprova essa situação a falta de preparação que tiveram os pais para assumir a mudança dos elementos necessários para guiar adequadamente suas famílias dentro dessa estrutura tão diferente da que foi a sua. Isto se reflete no fato de que os filhos tendo que assumir as funções anteriormente descritas, se tenham visto submetidos a grande pressão emocional, geradora de grande ansiedade", levando-os a recorrer, com maior frequência, a soluções nocivas, oferecidas a eles pela própria indústria, drogas, sexo sem medida, violência enlatada nos vídeos, ingresso no mundo da delinquência em todas as suas manifestações. Buscam assim uma oportunidade de

equilibrar-se, de esquecer o que tanto os assusta, de sentir sua guarda protegida, sentindo-se, de alguma maneira, acompanhados."

Estes são, mais ou menos, os papéis e as redes de relações cristalizadas na época atual, com os quais nos devemos enfrentar. Esses papéis e essas redes de relações se apoiam em valores que foram surgindo a partir das experiências vividas ao longo da história.

De pés fincados na terra

25% da população da América Latina está entre 15 e 24 anos de idade. Isto significa que existe uma proporção de 10 milhões de jovens que significam a terça parte da força de trabalho do continente.

"Nunca, como hoje, a juventude exerceu influência tão marcante no mundo e na tomada de posição. Demonstram falta de conformidade, rebeldia e o que eles denominam contestação.

Muito daquilo que é estabelecido ou institucionalizado é questionado, o que dá origem a uma brecha aparentemente inconciliável entre as gerações."

"Nessa recusa às instituições a família foi, logicamente, uma das instituições afetadas. Vive hoje a família, como instituição, com características legais, uma crise de identidade ante o questionamento da juventude. A instituição familiar caiu em descrédito, é atacada em seu estilo de vida e em seu comportamento.

Defende-se, ao máximo, o amor. Mas não se aceita a monogamia ofi-

A família-instituição legal vive hoje uma crise de identidade ante o questionamento da juventude.

cial imposta. Considera-se que a família se instalou e não mudou, não assumindo o ritmo das exigências para adequar-se à necessidade dos tempos."

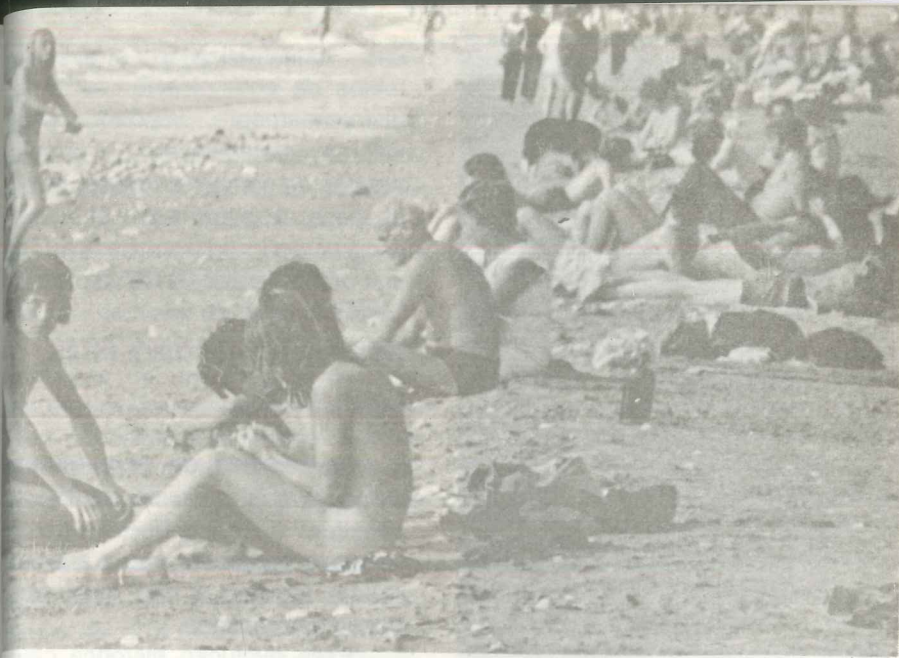
Tudo isto nos mostra a existência de mudanças significativas em nossa história, a nível axiológico, ético e moral.

Visão panorâmica

Valor significa tudo aquilo que tem significado para o homem e para a sociedade.

"A partir dos valores se estabelecem acordos entre as pessoas, acordos destinados a fazê-los respeitar. Acordos que se traduzem em normas de comportamentos, parâmetros para a opção ante diferentes situações, guias para uma atitude adequada em relação com cada valor aceito como tal, contidos dentro do que podemos chamar uma estrutura moral."

"Podemos compreender então a moral como um código que pretende ajudar o homem em busca de sua perfeição — fruto de sua própria experiência de vida, de sua vontade de crescer, tanto em nível pessoal quanto comunitário — e a ética como a filosofia dos valores que lhe deram origem."



Os jovens questionam códigos morais tradicionais, manifestam inconformidade e rebeldia, que denominam "contestação".

Há 500 anos atrás o homem latino-americano possuía sua própria escala de valores, totalmente diferente da do europeu. Este, desconhecendo a ética e a alteridade oposta pelo evangelho, num surto de autocracia e totalitarismo, se promoveu a si mesmo como paradigma de excelência, desautorizando qualquer axiologia pré-existente, substituindo-a por sua própria perspectiva. Estabelecem, como único e verdadeiro padrão, seu próprio código moral, dando assim nascimento a uma nova moral que se reflete naturalmente na vida familiar tanto dos estrangeiros quanto dos nativos.

"Os primeiros se protegiam com a norma eclesástica de constituir a família a partir do vínculo sacramental, e, ao mesmo tempo, não viam

inconveniente em dispor sexualmente de suas escravas. Esse procedimento não lhes parecia anti-ético ou imoral. Também a infidelidade às próprias esposas não se lhes apresentava como afronta à sua dignidade pessoal. Parecia-lhes válido separar casais e dispersar famílias de escravos pelo simples fato de necessitarem de dinheiro ou por estarem descontentes com seu desempenho no serviço.

Essa dupla moral foi apreendida e praticada também pelos escravos. Como modo de sobrevivência, adotaram aparentemente a axiologia do europeu, abolindo a sua própria, submetendo-se, apenas de modo aparente, às novas normas.

"Com o desaparecimento da escravidão e a conseqüente libertação



A industrialização impôs a massificação, com apoio nos meios de comunicação social, uma forma velada de escravidão.

do povo latino-americano e o reconhecimento de suas nações com seus respectivos direitos, a dupla moral aprendida no decorrer da história se institucionaliza também na era industrial, tornando-se presente em nossas famílias e em nossa sociedade."

"A pessoa que cresceu entre esses parâmetros, enfrentando essas realidades, toma consciência, progressivamente, de sua individualidade e de sua importância como pessoa, da forma velada de escravidão presente na massificação imposta

pela industrialização através dos meios de comunicação social que, disfarçadamente, impõem pseudo-valores, estabelecem e impõem normas de comportamentos, levando as pessoas a tomarem atitudes incongruentes, em contradição com sua autêntica escala de valores."

Novos valores, nova ética, nova moral

As famílias de hoje formadas pelos jovens e novos adultos, necessitam de outro tipo de compromisso, e percebem que a antiga estrutura familiar já não responde às suas necessidades.

Essa evolução histórica causou um imenso vazio nas legislações e códigos morais vigentes, levando as sociedades e as instituições a se questionarem, a aceitarem a necessidade de se reformarem. Isto fez com que tenham surgido, em vários países da América Latina, um movimento de revisão das próprias constituições nacionais, enquanto surgiam, em plano internacional, novos pactos que procuravam responder às necessidades que se faziam sentir. Dentro desse movimento geral de revisão, ocorreu a reforma do próprio Direito Canônico.

"No entanto, apesar de toda a sua boa vontade, a Igreja Católica não consegue livrar-se de uma visão distorcida da autoridade, da responsabilidade pastoral, da participação dos diversos setores de sua comunidade e sua doutrina termina por ser apresentada também de modo distorcido, por uma falta de percepção coerente e clara da realidade."

"A América Latina está empe-

nhada na volta da ética da alteridade, ética fundamentada no amor a Deus sobre todas as coisas, e ao próximo como a si mesmo. Ética que considera o homem – cada homem – em sua realidade pessoal e coletiva, não apenas como elo da massa uniforme mas como uma imagem de Deus de quem é Filho."

"O latino-americano de hoje está à procura de um Deus encarnado, não de um Deus distante que justifica as bandeiras que libertam a uns e escravizam a outros que exigem de uns e toleram em outros o que nos primeiros condenaram."

"O homem latino-americano atual está em busca da verdade, dentro de si e nos outros, em sua própria experiência de Deus. Resiste, por isso, em aceitar camisas de força, uniformes ou imposições.

Nega-se, por isso, a matricular-se em qualquer corrente empenhando-se, ao contrário, em romper com todas as estruturas, tradições e linhas de pensamento. Por isso a América Latina está em crise. É por isso que hoje, como Igreja, não podemos dar respostas velhas, distantes da ética da alteridade que é a ética evangélica. Ética do OUTRO,

- *Quais os valores éticos permanentes que sobrevivem às mudanças culturais, ao longo da história?*
- *Nos tempos atuais, alguns desses valores têm adquirido mais vigor do que no passado? Exemplos.*
- *Como dar respostas novas a situações novas, segundo a ética evangélica?*

"O fruto mais belo da liberdade é o poder de ser verdadeiro". (Jean de Müller 1752-1809).

Os meios de comunicação social impõem falsos valores, normas de comportamento levando as pessoas a atitudes contrárias à sua escala de valores.

com maiúsculas."

"Deus e a ética do OUTRO – o homem – de Deus presente nele e em sua história, ao longo de todo o tempo, mas profundamente desconhecido pela imensa sequência de equívocos".

E agora?

Depois dessas observações que procuramos transmitir a vocês com toda honestidade, os senhores Bispos do Celam nos colocam diante de uma pergunta crucial:

"Esta é a oportunidade que temos para perguntar a nós mesmos: estamos preparados para optar, para dizer "sim" ao Senhor como ele o quer, ou continuaremos a lhe dizer "sim, mas como nos convém"?

A partilha do abraço e do pão

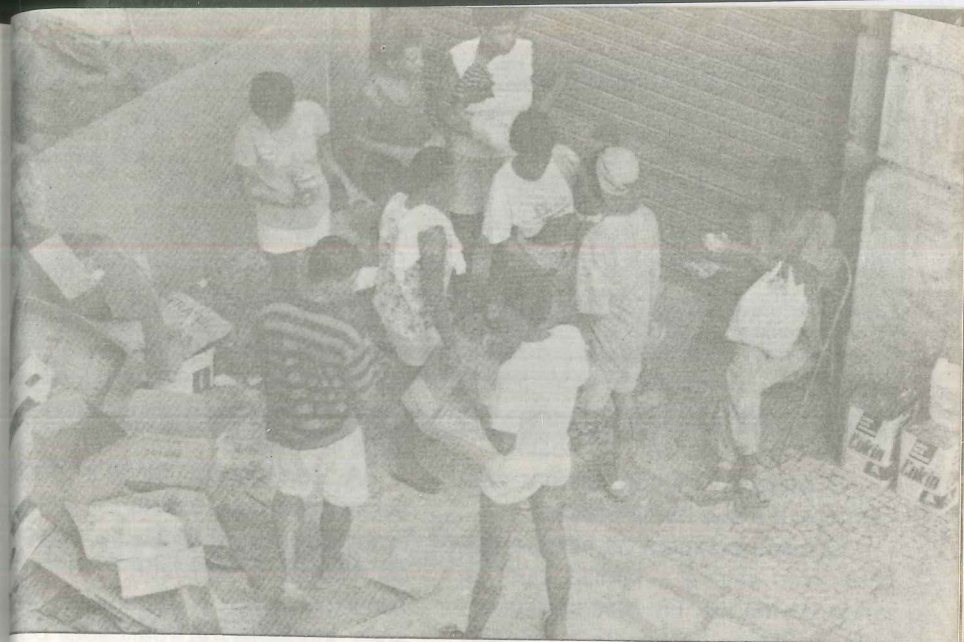
Carmem e Antônio Galvão
Movimento Familiar Cristão/RS

De alguns anos para cá crescem em intensidade os postulados sobre a necessidade de partilha dos bens. Na verdade, esta necessidade possui duas vertentes: a primeira, mais importante, é a exigência evangélica da caridade, da acolhida e da solidariedade, como reflexo humano do amor e misericórdia de Deus. A segunda, decorrente da primeira, é imposta pela crescente e assustadora incidência de miséria e indigência.

Já nem falo em pobreza ("pobres sempre os tereis", miseráveis e indigentes), mas não naquela situação de penúria quase absoluta que vive grande parte de nossa população. A Igreja católica, cônica do problema, a partir do encontro em Puebla (México, 1979) fez a célebre e pouco compreendida "opção preferencial pelos pobres". Digo célebre pois retirou bispos, padres e leigos, de comensais assíduos das mesas da burguesia, para o contato com os mais pobres, favelados, excluídos.

Digo pouco compreendida pois foi, em alguns segmentos, radicalizada e levado a extremos de exclusão. Opção preferencial denota uma preferência por alguém mais

fraco, jamais, porém, uma exclusão dos demais. Se tiver que haver uma exclusão do rico, como alguns mais afoitos têm preconizado, será feita pelos próprios ricos que, tendo alguns (não todos), seus próprios deuses, acham que podem desprezar o Verdadeiro. Na verdade, no discurso dessas opções há um pouco de hipocrisia. Os mesmos segmentos que produzem o discurso em favor dos pobres, esquecem a opção pelos jovens, igualmente preferencial a partir de Puebla. Tudo isso por quê? Porque **optar** (como alguns pensam que é essa opção) pelos pobres é mais fácil. Basta mandar um "ranquinho" com meia dúzia de pacotes, vez que outra, para a casa do pobre. A opção pelos jovens requer mais trabalho, mais presença e – sobretudo – mais coerência; por isso tal opção foi esquecida (pelo menos pelos radicais). Dou exemplo: Através de uma **multinacional** conseguiu-se uma oferta semanal de alimento. Fomos a uma comunidade de Canoas (onde residio) e ofereci à "Pastoral da Caridade" aquela van-tagem. Tal "pastoral" dá um **sopão** aos pobres, na quarta-feira à tarde. Ora, dar comida uma vez por sema-



Meninos de rua, nas grandes cidades, recolhem restos de sanduíches, nas portas de lanchonetes.

é muito pouco. A proposta possibilitaria o fornecimento do mesmo pão diariamente. Sabe qual foi o "despacho" do presidente da comunidade? "Impossível! Vai quebrar louça da paróquia, sujar o salão, criar tumulto. Além disto, não há gente para trabalhar". Por causa disto, irmãos nossos vão continuar a passar fome, numa sociedade hipócrita, em que comitês, grupos, pastores e sociedades secretas limitam-se a um assistencialismo formal, breve, evasão e de temporal circunstancialidade. Ou seja, coisa efetiva e continuada (como são a fome e a indigência), nem pensar. Enquanto essas opções não deixarem de ser **campanhas** (e como tal insitórias) para se converterem em **eixos** (atividade consciente, eficaz

e continuada), a caridade não passará de um discurso, maléfico e divorciado da realidade. Partilhar não é dar esmolas quando se quer ou se tem moedas sobrando no bolso. Partilhar é engajar-se na causa dos indigentes. E o rico que a ela adere, torna-se igualmente "pobre em espírito" e, como tal, merecedor do Reino dos céus. Esta é a verdadeira opção, que se concretiza pela partilha do pão (que é mais fácil, vem do bolso) e pela partilha do abraço (mais difícil, vem do coração). Dizemos isto com liberdade, pois não somos ricos, mas não se agüenta mais ouvir pessoas a confundir o evangélico amor preferencial pelos pobres, com atitudes cílicas, privatizantes, excludentes e, via de regra, hipócritas.

Melhor que o pão é a sua partilha".

(D. Helder Câmara)

Família: berço da ética

A família é uma espécie de plataforma de lançamento dos filhos para a sociedade. O ser humano é um ser social, ensinam os mestres.

O pequeno mundo familiar não basta para a sua humanização.

O poeta compara os filhos a flechas, cujo arco é a família, que os lança ao mundo. Os pais são os arqueiros. Deles se espera o cuidado na preparação de flechas resistentes e boa pontaria.

Entretanto, cada flecha terá suas particularidades. Não haverá duas iguais. A pontaria, a força do braço que verga o arco, o vento e os obstáculos que cruzam os ares não serão sempre os mesmos.

Cada filho, na verdade, escolherá seus caminhos, segundo sua vocação. Mas haverá uma base comum, forjada na família. São os princípios éticos, a consciência crítica desenvolvida no diálogo familiar, o inconformismo frente às injustiças, o espírito de serviço e solidariedade

- Como estamos educando nossos filhos?
- Que dificuldades são hoje maiores, na educação dos filhos?
- Como transmitir valores e princípios éticos aos nossos filhos? Quais, especialmente?

"Aquele que deve estar à frente de todos os crentes, deve ser eleito por todos os crentes". (Papa São Leão, século V).

Equipe de Redação

aos mais fracos e pobres, a visão cristã do homem e do mundo e a compreensão profunda do projeto de Deus ao criá-los.

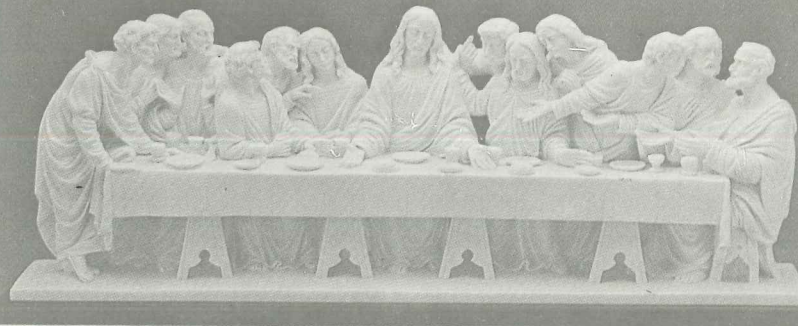
A convivência familiar deveria ser sempre uma escola de justiça e amor, de neutralização do egoísmo, de respeito à dignidade do outro, de conscientização e superação de visões ingênuas da realidade, de vivência da liberdade e responsabilidade.

E, envolvendo tudo isso, seja um espaço de crescimento e amadurecimento da afetividade e da capacidade de amar.

Com essa base comum, as flechas podem ser lançadas, em diferentes direções, tomando os rumos que suas particularidades indicarem.

Mas onde quer que caiam, serão marcados e instrumentos de humanização dos homens e da sociedade.

Instrumentos de concretização do projeto de Deus para os homens e o mundo.



Teologia do pão repartido

Fr. Clodovis Boff
Teólogo

Dar pão ao faminto: haverá religião que não ordene esse preceito? A religião bíblica, expressa no judaísmo, que permanece como corrente profunda no subsolo da cultura ocidental, dá a esse mandamento particular relevância. É oportuno reavivar o significado da teologia bíblica relativa ao pão partilhado, fim de dar maior descortínio e novas motivações à "ação da cidadania contra a miséria e pela vida".

De fato, pertence às promessas messiânicas "saciar os famintos". A libertação da fome é a libertação elemental. Esta também vem incluída no projeto de Deus sobre o mundo, que as Escrituras chamam de Reino de Deus. Aí não há lugar para fome. Em seu Cântico de Libertação, Maria de Nazaré proclama que Deus "encheu de bens os famintos"

(Lc 1,53). E Jesus, em seu discurso inaugural, apresentando sua "plataforma messiânica", prega: "Felizes vós, que tendes fome, porque sereis saciados!" (Lc 6,21). O Cristo se apresenta como o que vem trazer a fartura e a alegria aos necessitados. A boa-nova aos famintos passa pelo pão que sacia a fome. Já na "multiplicação do pão", o Messias se mostra em plena ação libertadora, saciando o povo faminto, como Moisés no deserto (Mc 6,32-44). E o povo o entendeu, pois saiu para levar Jesus e aclamá-lo rei (Jo 6, 14-15). Na "oração do discípulo", síntese da espiritualidade cristã, encontra-se incluído esse pedido muito realista: "O pão nosso de cada dia nos dai hoje" (Mt 6,11). Pão aqui é evidentemente o símbolo do conjunto das necessidades materiais.

Justamente, pão do Reino mes-

siânico é o pão "nosso". Ele existe para ser partido e repartido entre os irmãos. É mediação de solidariedade. "Reparte o pão com o faminto" — grita Isaías (58,7). Ao que Jesus faz eco no episódio do pão multiplicado com a ordem peremptória: Dai-lhes vós de comer! (Mc 6,37). Dirigia-se aos discípulos, que queriam ver-se livres do povo com fome. Mais: no faminto é ele, o Messias-rei, que passa fome: "eu tive fome, e (não) me destes de comer" (Mt 25,35 e 42). Portanto, o pão é para ser repartido em fraternidade. A mesa do Reino é a mesa a que todos podem se sentar. O pão se come entre irmãos, "em companhia", como muito bem exprime a palavra "companheiro". O "meu" pão do egoísta é apenas o pão que enche o estômago, mas não nutre o coração na fraternidade. O pão messiânico é sem fronteiras: há de ser repartido com todos, sem discriminação alguma, até com inimigo faminto, como lembra Paulo, repetindo Provérbios: "Se teu inimigo tiver fome, dá-lhe de comer" (Rom 12,20 = Pv 25,11).

É igualmente da mais alta significação que o rito central da Comunidade messiânica — a Igreja — seja uma refeição, onde se partilha entre irmãos o pão sagrado e o cálice da bênção. E desde sempre, no mesmo contexto da eucaristia, se recolhem oferendas para os pobres, para manifestar que a Comunhão sacramental é total, isto é, a comunhão ao Pão de Cristo está indissoluvelmente unida à comunhão com os pobres através da partilha dos bens deste mundo.

E a imagem mais freqüentemente usada por Cristo (mais de uma

É altamente significativo que o rito central do Povo de Deus seja uma refeição em que se partilham o pão e o vinho.

dúzia de vezes) para exprimir a felicidade definitiva é exatamente a do banquete no Reino, onde a comida é abundante e convivência fraterna, plena. Certamente, os que estão passando pela "grande tribulação" da miséria, bem como os que com eles se solidarizam, sabem muito bem o que significa a suprema promessa: "Já não terão mais fome nem sede, nem cairá sobre eles o sol nem calor algum. Pois o Cordeiro... os apascentará e guiará às fontes de água da vida. E Deus enxugará toda lágrima de seus olhos" (Ap 7,16-17). Ao contrário, o rico egoísta terá por sorte a sede ardente do mundo inferior. Ele que tinha negado Deus" (Mt 4,4: cf. Dt 8,1 seg.). Mas a Lázaro até as migalhas de sua mesa, agora, "entre as chamas" im- plora que ao menos venham "refrescar a língua com a ponta do dedo do molhado". (Lc 16,24).

Entretanto, a tradição bíblica já repartir o pão com o faminto prospecta ainda outro tipo de fome: a fome da palavra divina, do pão da fome maior — a "fome de justiça celeste. Como dizia o poeta cubano José Retamar: "A fome do pão sacia, mas a fome de beleza é infinita". Uma fome não substitui a outra. Antes, a fome de pão, saciada, abre-se para uma fome mais alta: a fome do sentido derradeiro, o desejo do divino, a busca do amor pleno. De, pois de um jejum de quarenta dias



Oar de comer a quem tem fome é prova de ter uma fome maior: fome de justiça e solidariedade.

com fome, Jesus fez a experiência de seu povo no deserto: "O homem não vive somente de pão, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus" (Mt 4,4: cf. Dt 8,1 seg.). Mas depois de saciar a fome do povo, o mestre o convida a "buscar o pão duro para a vida eterna". (Jo 6,27).

Já repartir o pão com o faminto prova de que se é habitado por uma fome maior — a "fome de justiça celeste. Como dizia o poeta cubano José Retamar: "A fome do pão sacia, mas a fome de beleza é infinita". Uma fome não substitui a outra. Antes, a fome de pão, saciada, abre-se para uma fome mais alta: a fome do sentido derradeiro, o desejo do divino, a busca do amor pleno. De, pois de um jejum de quarenta dias

o pão material e, pior ainda, empan-tanar-se pesadamente na escravidão do consumismo é preparar-se a pior das frustrações: "Comereis tanto que a carne vos sairá pelas narinas e causará náuseas" (Nm 11,20). Em vez disso, a solidariedade aparece como o princípio da felicidade geral, dos outros e própria. Como afirmou Paulo em seu "testamento apostólico". "Eu vos mostrei como é preciso socorrer os necessitados, recordando as palavras do Senhor Jesus, que disse: "Há mais alegria em dar do que em receber" (At 20, 35).

De que diferentes maneiras podemos vivenciar a partilha, como "marca registrada" dos cristãos?

O que celebramos na Eucaristia? O que dá sentido à nossa participação na Comunhão?

O Jogo da Ética

Vamos propor-lhes um jogo instrutivo.

Para jogar em família ou no seu grupo, comunidade ou movimento.

A regra é simples: aqui estão dezenas de mosaicos, com dados da realidade.

Cada jogador escolherá um mosaico, e tentará associar a ele o maior número possível de outros mosaicos que tenham relação com o escolhido.

Essa relação pode ser de causa ou consequência. ou, ainda, usa mais remota de uma causa ou de outra consequência.

O jogador deverá justificar essas relações de causa e consequência, de modo que o grupo se convença com as justificativas apresentadas.

Cada mosaico vale um ponto. Por isso, o jogador tentará justifi-

car a relação entre o maior número possível de mosaicos e o primeiro mosaico escolhido.

Depois de cada rodada, cada jogador apresentará suas propostas de mudanças de atitudes e ações concretas capazes de reverter o quadro ético por ele retratado.

Ao fim de algumas rodadas, os pontos são apurados e o vencedor é proclamado como o jogador mais conscientizado do grupo.

Necessidades básicas de habitação, saúde, higiene, saneamento e educação não são atendidas, para a maioria da população.

Trabalho escravo, trabalhadores sem carteira assinada e salários simbólicos.

Influência dos meios de comunicação social a serviço de interesses de grupos poderosos.

Comércio internacional desonesto e expoliador entre nações ricas e pobres.

Ricos cada vez mais ricos, à custa de pobres cada vez mais pobres.

Modelo econômico neo-liberal excludente e concentrador de riqueza.

Crescente violência nas cidades e no campo.

Aumento do consumo de drogas e do poder dos traficantes.

Devastação da natureza e desperdício dos recursos naturais.

Enorme dívida externa do país.

Elevado número de desempregados e subempregados.

Cartéis e oligopólios manipulam e impõem preços de produtos essenciais de consumo.

As pessoas se movem pelo egoísmo, buscando tirar vantagem em tudo.

Arrecadação de impostos insuficiente para atender às necessidades básicas do povo.

33 milhões de brasileiros passando fome.

Muitos políticos apenas defendem seus interesses pessoais.

Elevado nível de corrupção na administração pública e empresas privadas que negociam com governo.

Sonegação de impostos como prática generalizada, insensibilidade de consciência do sonegador.

Falta de informação e dificuldade de acesso aos meios para o exercício de uma paternidade responsável.

Elevado número de crianças abandonadas, meninos-de-rua e altas taxas de mortalidade infantil.

Orientações doutrinárias das Igrejas inadequadas às realidades do povo.

Política agrária inadequada à realidade rural do país.

Sistema eleitoral vulnerável ao poder econômico e à influência dos meios de comunicação social.

Imaturidade afetiva social, infantilismo na comunicação e no amor.

Crescente número de separações e divórcios.

Preparação para o casamento imperfeita ou inexistente.

Machismo ainda presente e forte em nossa cultura.

Mecanismos de alienação, manipulados por interesses políticos e econômicos.

Exploração comercial de pornografia, exacerbação do erotismo.

Visões deformadas da realidade e do amor disseminadas pelos meios de comunicação social.

Prestígio e sucesso da "arte" e do "jeitinho".

Desrespeito generalizado às leis, normas e princípios que regem a sociedade.

Elevado número de acidentes e mortes no trânsito nas estradas e nas cidades.

Separação entre fé e vida, entre fé e compromisso com a justiça e o bem.

Políticas econômicas equivocadas.

Alienação, acomodação, conformismo e fatalismo.

Desvalorização da ajuda mútua, do trabalho em equipe, da ação cooperativa.

Formação religiosa imperfeita, fé infantil e descomprometida com a humanização.

A supervalorização do ter em relação ao ser.

A mentalidade de que os fins justificam os meios.

Sociedade materialista, consumista e hedonista — busca desenfreada de prazer.

Modelo de sociedade permissiva, falsos conceitos de liberdade.

Mais de 1 milhão de abortos clandestinos por ano.

Impunidade de corruptos, contraventores e criminosos.

Obras públicas mal executadas, com material de má qualidade, e prejuízo para o povo.

A descrença na ação da polícia e da justiça.

Depredação das coisas de uso público, pichação, lixo.

Dominação, exploração, opressão nas relações entre os homens, e entre o homem e a mulher.

Discriminação racial explícita ou mascarada, preconceitos camuflados.

Busca de riqueza, poder e prestígio social, a qualquer preço.

Modelo de sociedade individualista e competitiva.

Prostituição infantil e juvenil.

Desumanização das relações humanas.

Perda de valores éticos, morais, religiosos.

Alimentos comprados e estocados pelo governo apodrecem em armazéns.



Por que a ética foi jogada para escanteio?

Os historiadores dirão que a combinação de índios, negros e portugueses só podia dar nisso. Os filósofos atribuirão ao sucesso, entre nós, da escola cínica fundada por Antístenes, discípulo de Sócrates. Os cientistas políticos acusarão o golpe de 64 e os liberais apontarão para as fraquezas da condição humana. Qualquer pedestre ou transeunte, porém, poderá afirmar que não há código de ética capaz de resistir à brutal desigualdade social e econômica deste país.

Os pobres se desembaraçam da ética ou porque tendem a reproduzir a ideologia dominante (e

ela não tem sido pródiga em exemplos de integridade social ou por concluírem que honestidade não enche barriga? A classe média abandona a ética em troca de sonhos de enriquecimento, ilícitos de preferência, ilícito se não houver outro jeito. Os ricos desprezam a ética porque tudo é muito fácil para eles. É preciso que nossos parlamentares e juizes de tribuna se apercebam que, num país em que o salário mínimo não chega a 100 dólares, seus ganhos são poucos éticos.

Fonte: Baseado no artigo de Carlos Eduardo Novaes, publicado no Jornal do Brasil em 15/5/92.

Leia e assine

fato e razão

UMA REVISTA PARA LER
LER E GUARDAR



Endereços e assinaturas podem ser feitas por
ou carta à Livraria do MFC:
Espírito Santo, 1059/1109 30.160-031
Horizonte MG
de preferência, ilícito se não houver outro jeito. Os ricos desprezam a ética porque tudo é muito fácil para eles. É preciso que nossos parlamentares e juizes de tribuna se apercebam que, num país em que o salário mínimo não chega a 100 dólares, seus ganhos são poucos éticos.

Assinatura - 4 números: R\$ 10,00
avulso: R\$ 3,00
atrasados disponíveis, sujeitos a
confirmação.

**Por que a ética foi
jogada para escanteio?**

Família: berço da ética

**Questões éticas na
Conferência do Cairo**

Espiritualidade e ética

Tortura: a morte da ética

Igreja e ética

**Promoção dos valores
éticos**

A ética na Bíblia